

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

CASTORINA HONORATO VIDAL CASAGRANDE

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO DA
PARENTALIDADE**

CURITIBA

2016

CASTORINA HONORATO VIDAL CASAGRANDE

**EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO DA
PARENTALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pós-Graduação
em Teologia da Pontifícia Universidade
Católica do Paraná, como requisito parcial
à obtenção do título de mestre em
Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Mário Antônio
Sanches

CURITIBA

2016

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

C334e
2016 Casagrande, Castorina Honorato Vidal
Educação sexual no contexto do planejamento da parentalidade / Castorina
Honorato Vidal; orientador, Mário Antônio Sanches. --2016
92 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2016.
Bibliografia: f. 86-92

1. Religião. 2. Educação sexual. 3. Planejamento familiar. 4. Jovens -
Comportamento sexual. 5. Bioética. I. Sanches, Mário Antônio.
II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação
em Teologia. III. Título.

CDD 20. ed. – 200



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Mestrado e Doutorado

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 122
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
CASTORINA HONORATO VIDAL CASAGRANDE

Aos vinte e nove dias, do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às nove horas reuniu-se na sala de Defesa - Segundo andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Mario Antônio Sanches, Márcio Luiz Fernandes, Daiane Priscila Simão e Maria De Carmem Massé Garcia, para examinar a dissertação da candidata Castorina Honorato Vidal Casagrande, ingressante no programa de Pós-graduação em Teologia - Mestrado, no segundo semestre de dois mil e catorze. Linha de pesquisa: Teologia e Sociedade. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: EDUCAÇÃO SEXUAL NO CONTEXTO DO PLANEJAMENTO DA PARENTALIDADE. A Candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, A Candidata foi APROVADA COM LOUVOR pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 11 h 05 min. Para Constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Mario Antônio Sanches _____

Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Marcio Luiz Fernandes _____

Convidado Interno

Prof.ª Dr.ª. Daiane Priscila Simão _____

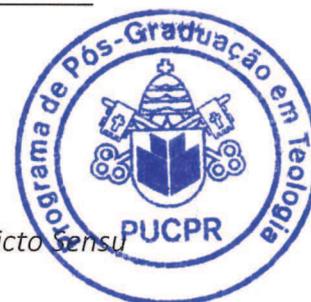
Convidada Externa

Prof.ª Dr.ª. Maria de Carmem Massé Garcia _____

Convidada Externa

CIENTE

Prof. Dr. Agenor Brighenti
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR



RESUMO

Nesta dissertação aborda-se a importância da Educação Sexual na formação de jovens e adolescentes, no âmbito familiar, escolar e da Igreja Católica. O tema proposto é educação sexual e a sua relação com o planejamento familiar. A pesquisa trabalha com a hipótese de que a educação sexual influencia no planejamento familiar. Os objetivos definidos foram: Descrever a abordagem sobre educação sexual nas Ciências Humanas e da Saúde, com ênfase na Teologia, e identificar o impacto da religião no planejamento familiar; relacionar a idade do início da vida sexual e o modo como a pessoa adquire informação sobre sexualidade com o planejamento familiar; analisar o impacto da educação formal no planejamento familiar. A pesquisa é descritiva e analítica, com abordagem quali-quantitativa, de modo que promove revisão bibliográfica sobre os temas educação sexual e planejamento da parentalidade. As obras utilizadas são da área da Teologia, Bioética e Educação, com ênfase nos documentos do Magistério da Igreja Católica. Foram realizadas pesquisas de campo com a aplicação do instrumento de pesquisa Planejamento da Parentalidade no Contexto da Bioética. No total foram respondidos 863 questionários relacionados à gravidez do primeiro filho e 614 relacionados à gravidez do último filho. Os dados apontam que a idade de início da atividade sexual impacta no planejamento familiar; a informação sobre sexualidade reflete em melhor planejamento familiar; quanto maior a escolaridade, melhor é o planejamento da gravidez; Os católicos em sua maioria são favoráveis ao uso de contraceptivos. Os dados sugerem que a influência da religião na escolha do método contraceptivo, tem impacto positivo, para tornar a gravidez um projeto do casal.

Palavras-chaves: Religião. Educação Sexual. Planejamento Familiar. Parentalidade

ABSTRACT

This dissertation discusses the importance of sexual education the training of young people and teenagers, in the family, school and the Catholic Church. The proposed theme is sex education and its relation to family planning. The research works on the assumption that sexual education influence on family planning. he goals set were: Describe the approach to sex education in Humanities and Health, with emphasis on theology, and identify the impact of religion on family planning, relate the age of onset of sexual life and how one gets information about sexuality with family planning, analyze the impact of formal education on family planning. The research is descriptive and analytical, with qualitative and quantitative approach, so that promotes literature review on the topics sexual education and planning of parenting. The works are used in the area of Theology, Bioethics and Education, with emphasis on documents of the Magisterium of the Catholic Church. Field surveys were conducted with the application of research tool Parenthood Planning in the Context Bioethics. In total 863 questionnaires were answered related to pregnancy of the first child and 614 related to the last child pregnancy. The data point that the age of onset of sexual activity impacts on family planning; information about sexuality reflected in better family planning; the higher the education, the better the planning of pregnancy; Catholics are mostly favorable to the use of contraceptives. The data suggest that the influence of religion in the choice of contraceptive method, has a positive impact, to make pregnancy a couple of the project.

Keywords: Religion. Sexual education. Family planning. Parenting

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Perfil geral dos entrevistados.....	15
Tabela 2- Idade que iniciou um relacionamento sexual.....	20
Tabela 3- Idade que iniciou um relacionamento sexual/com planejou a gravidez do seu primeiro filho.....	21
Tabela 4- Idade que iniciou um relacionamento sexual/ com planejou a gravidez do seu último filho.....	22
Tabela 5- Idade que iniciou um relacionamento sexual/ com a gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal.....	23
Tabela 6- Idade que iniciou um relacionamento sexual/ com a gravidez do seu último filho foi um projeto de casal.....	24
Tabela 7- Escolaridade na gravidez do primeiro filho.....	33
Tabela 8- Escolaridade na gravidez do primeiro filho/ com planejou a gravidez do seu primeiro filho.....	35
Tabela 9- Recebeu mais informação sobre sexualidade.....	52
Tabela 10- Recebeu mais informação sobre sexualidade/ com planejou a gravidez do seu primeiro filho.....	53
Tabela 11- Recebeu mais informação sobre sexualidade/ com planejou a gravidez do seu último filho.....	54
Tabela 12- Recebeu mais informação sobre sexualidade/ com a gravidez do seu primeiro filho foi um projeto do casal.....	55
Tabela 13- A religião influenciou na escolha do método contraceptivo.....	69
Tabela 14- A religião influenciou na escolha do método contraceptivo/ com planejou a gravidez do seu primeiro filho.....	70
Tabela 15- A religião influenciou na escolha do método contraceptivo/ com planejou a gravidez do seu último filho.....	71
Tabela 16- A religião influenciou na escolha do método contraceptivo/ com a gravidez do seu primeiro filho foi um projeto do casal.....	72
Tabela 17- A religião influenciou na escolha do método contraceptivo/ com a gravidez do seu último filho foi um projeto do casal.....	73

LISTA DE ABREVIATURAS

- ALAP-** Alocução às Partejas – Documento da Igreja Católica do Papa Pio XII
- AIDS-** Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
- AL-** *Amoris Laetitia*– Exortação Apostólica – Papa Francisco
- CC-** *Casti Connubii* – Carta Encíclica do Papa Pio XI
- CF-** Carta às Famílias – Do Papa João Paulo II
- EV-** *Evangelium Vitae* - Carta Encíclica do Papa João Paulo II
- FR-** *Fides et Ratio* – Carta Encíclica do Papa João Paulo II
- GS-** *Gaudium et Spes* - Constituição Pastoral- Concílio Vaticano II
- HV-** *Humanae Vitae* - Carta Encíclica do Papa Paulo VI
- HIV-** Vírus da Imunodeficiência Humana
- IBGE-** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ISTS-** Infecção Sexualmente Transmissível
- MEC-** Ministério da Educação e Cultura
- MD-** *Mulieres Dignitatem* – Carta Apostólica do Papa João Paulo II
- PCNS-** Parâmetros Curriculares Nacionais
- SH-** Sexualidade Humana – Orientações do Conselho Pontifício para Família
- SPE-** Saúde e Prevenção nas Escolas
- UNESCO-** Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
- UNICEF-** Fundo das Nações Unidas para a Infância
- VE-** *Veritatis Splendor*- Carta Encíclica do Papa João Paulo II

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 JUSTIFICATIVAS.....	10
1.2 MÉTODO	12
1.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	15
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	16
2 RELAÇÃO ENTRE IDADE DO INÍCIO DA VIDA SEXUAL E PLANEJAMENTO FAMILIAR	19
2.1 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	19
2.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA: INÍCIO DA VIDA SEXUAL E PLANEJAMENTO FAMILIAR.....	24
2.2.1 Sexualidade e o Comportamento dos Adolescentes.....	26
2.2.2 Sexualidade no Pensamento da Igreja Católica	28
3 INFLUÊNCIA DA ESCOLARIDADE NO PLANEJAMENTO FAMILIAR	31
3.1 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	33
3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO FORMAL E PLANEJAMENTO FAMILIAR.....	35
3.2.1 Finalidade da Educação Sexual.....	39
3.2.2 Sexualidade e as Orientações dos PCNS	40
3.2.3 Educação Sexual e Ambiente Escolar	42
3.2.4 Gravidez e Evasão Escolar	46
4 INFORMAÇÃO SOBRE SEXUALIDADE E PLANEJAMENTO FAMILIAR	51
4.1 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	51
4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA: INFORMAÇÃO SOBRE SEXUALIDADE E PLANEJAMENTO FAMILIAR	55
4.2.1 Educação Sexual na Família.....	57
4.2.2 Informação sobre Planejamento Familiar e Parentalidade.....	60
5 INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO PLANEJAMENTO FAMILIAR	65
5.1 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO.....	68
5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA: INFLUÊNCIA DA IGREJA NO PLANEJAMENTO FAMILIAR.....	73
5.2.1 Planejamento Familiar na Igreja Católica no Século XX	74
5.2.2 Parentalidade Responsável	79
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83

REFERÊNCIAS.....	86
------------------	----

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por tema a educação sexual e a sua relação com planejamento familiar, onde buscou-se produzir investigações sobre a educação sexual, na linha de pesquisa Teologia e Sociedade do Programa de Pós-graduação em Teologia da PUCPR. A mesma faz parte do projeto de pesquisa: mapeamento do planejamento da parentalidade no contexto intereclesial, sendo realizada no âmbito da Teologia em diálogo com a Bioética.

Esta dissertação parte dos seguintes questionamentos: Como a educação sexual impacta no planejamento familiar? Quais setores da sociedade estão mais presentes na formação e orientação sexual das crianças e adolescentes? Em particular, qual a influência da Igreja Católica na educação sexual? De que modo o início da atividade sexual influencia no planejamento familiar? O contexto da educação sexual pode influenciar no planejamento familiar? Como os agentes de pastoral relacionam sexualidade com o planejamento da parentalidade?

O objetivo geral da pesquisa é mapear a problemática da educação sexual, e estabelecer a sua relação com o planejamento familiar no contexto eclesial paranaense. Tendo em vista a amplitude da temática e o fato de a educação sexual se tornar mais relevante na adolescência, estabelecemos os seguintes objetivos específicos como recortes e delimitadores da pesquisa: descrever a abordagem sobre educação sexual nas Ciências Humanas e da Saúde, com ênfase na Teologia; relacionar a idade de início da vida sexual com o nível de planejamento familiar; relacionar o modo como a pessoa adquire informação sexual com o planejamento familiar; analisar o impacto da educação formal no planejamento familiar; identificar o impacto da religião no planejamento familiar.

Durante a pesquisa foram trabalhadas as seguintes hipóteses: a educação sexual existente nos documentos da Igreja Católica é fortemente relacionada com planejamento familiar; o início da vida sexual precoce tem correlação direta com a menor qualidade de planejamento familiar; o modo como a pessoa adquire informação sexual influencia no planejamento familiar; maior educação formal está relacionada com melhor planejamento familiar; a religião desempenha forte influência no planejamento familiar.

1.1 JUSTIFICATIVAS

A escolha do tema educação sexual se deve a fatores relacionados a falta de preparo dos jovens e adolescentes para lidarem com sua sexualidade, podendo ser constatado pelos altos índices de gravidez que ocorre nesta faixa etária (ONU, 2013). E também por considerar que os limites que levam o tema da educação sexual ser tratado somente pelo seu viés biológico, como explica Quirino (2014, p.82)

Da ineficaz formação acadêmica que não abordam questões históricas, culturais, sociais e relacionais da sexualidade, uma vez que estes, reconhecem a necessidade de capacitação para melhor desempenharem sua ação pedagógica (...).

O tema desta pesquisa surgiu da necessidade de se compreender os discursos que permeiam a sexualidade na sociedade contemporânea. Nunes (1987, p.14) avalia que “Todos nós como sujeitos constituídos socialmente estamos submetidos a um processo de enquadramento sexual que é determinado em última instância, com as estruturas sociais”. Nesse contexto pode se perceber que a educação sexual, sofre interferência e contribuições de vários setores da sociedade. Na mesma linha Silva e Silveira (2010, p.47), defendem o argumento de que o “o homem nasce num meio onde imperam normas”.

A educação abrange uma série de contribuições sociais, como orientações e trocas de experiências, repletas de normas, criadas pela própria sociedade. A família, a escola, os amigos, a religião, fazem parte dessa rede de informação social, que participam de certa forma da educação sexual. Na família a educação vem sempre permeada por emoções, costumes e mitos característicos de cada grupo familiar. Espera-se que a família transmita os valores éticos e morais, e inicie o jovem e adolescente no exercício da afetividade de forma responsável.

No contexto de sociedade secular, a educação sexual e o planejamento familiar atraem a atenção da sociedade, e também de setores da Igreja Católica. Daí a necessidade de se discutir com a sociedade, qual a pedagogia a ser utilizada na educação sexual. Devido ao fato da pesquisa relacionar educação sexual com planejamento familiar, definimos abordar amplamente a questão, não com o foco somente em métodos contraceptivos.

A posição da Igreja Católica como contrária ao uso de contraceptivos artificiais é bastante conhecida e já foi amplamente debatida, assim como o fato das ciências da saúde oferecerem uma gama desses métodos para auxiliar no planejamento familiar, visando quase sempre a contracepção.

O centro desta pesquisa, portanto, está no mapeamento se há ou não planejamento familiar, e não no método contraceptivo que possibilita ou não este planejamento. Não entrando no mérito de qual método utilizar, a pesquisa se dá no contexto de problematizar a questão, focando, entre outras coisas, se há planejamento relacionados aos cuidados materiais e emocionais que serão dispensados aos filhos, que podem ser compreendidos como planejamento da parentalidade. Aqui surge um aspecto considerado central:

(...) a necessidade do “planejamento da parentalidade” implica dar ênfase ao bem da prole. E, assim, “planejar ter filhos” não é suficiente: é necessário planejar “ser pai/mãe”. É pensando no bem das crianças que poderemos encontrar as motivações para superar discriminações diante dos diversos modelos de parentalidade (SANCHES, SIMÃO-SILVA, 2016, p. 79).

Para Garcia (2008, p. 14) a ausência generalizada de diálogo do casal quando o assunto se refere a fecundidade e ao planejamento familiar, sugere que o planejamento só ocorre após a gravidez e nascimento de um ou dois filhos.

Os novos contextos sociais conforme Bernhard Häring (1971, p.41) “exigem que ter filhos deixe de ser um ato impensado para tornar-se uma ação responsável e planejada”. Nesta perspectiva, Sanches (2013, p.42) entende que o projeto de parentalidade pode não ser previamente definido, e explica que as crianças “nem sempre nascem como frutos de projetos de parentalidade bem definidos e explícitos”.

Nos projetos de parentalidade implícitos, se presume que em algum momento ocorrera uma gravidez, e ela é aceita sem maiores conflitos. Mas também ocorrem a gravidez indesejada, onde os pais não estão preparados, e se recusam exercer a paternidade ou a maternidade, e outro membro da família assume a criança. E existe os casos do aborto, e abandono, que seria a negação da parentalidade. Para se configurar como “projeto de parentalidade os casais precisam planejar, refletir, e decidir o momento de ter ou não filhos” (SANCHES, 2013, p.42-43).

O termo parentalidade pode ser considerado recente, pois começou a ser utilizado na literatura francesa na década de 1961, por Paul-Claude Recamier,

psiquiatra e psicanalista, para marcar o processo de construção no exercício das relações dos pais com os filhos. No Brasil passou a ser utilizado na década de 1980 (FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2011, p.117).

O termo parentalidade é apresentado por (SANCHES, et al, 2015, p.25) como o mais apropriado para expressar as relações e o conceito de maternidade e paternidade. Neste trabalho será utilizado o termo projeto de parentalidade, indicado pelo autor, no lugar de planejamento familiar.

No dicionário de Língua Portuguesa (2013), parentalidade consta como o estado ou qualidade de ser pai e mãe. No Direito é definido como sendo o vínculo jurídico que existe entre um progenitor e o seu filho, ou entre um adulto e o menor a seu cargo, que acarreta direitos e obrigações.

1.2 MÉTODO

Esta dissertação é fruto de pesquisa descritiva e analítica, de modo que a metodologia utilizada promoveu revisão bibliográfica sobre os temas educação sexual e planejamento da parentalidade. As obras para a revisão bibliográficas foram das áreas da Teologia, Bioética, Educação, com ênfase nos documentos do Magistério da Igreja Católica. Foram realizadas pesquisas de campo com agentes de pastorais em dioceses do Paraná. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCPR com parecer: 770.977, de 27/08/2014¹. A pesquisa de campo foi efetivada a partir da aplicação do instrumento de pesquisa Planejamento da Parentalidade no Contexto da Bioética (SANCHES, et al, 2015) e consta com 56 questões relacionadas ao planejamento familiar.

As informações coletadas foram analisadas através de cruzamento de dados, com apoio de software disponíveis nos sistemas de pesquisa da PUCPR: SPSS Statistics, software de análise estatística criado pela IBM. Para a composição dos dados seguiu-se os seguintes passos: foram necessárias a realização de pesquisas sobre o tema para o referencial bibliográfico; a seguir os questionários foram

¹O projeto *Mapeamento do Planejamento da Parentalidade – Estudos em Populações do Paraná* tem como objetivo mapear a presença ou ausência de projeto de parentalidade em pessoas que já tiveram filhos nas diversas regiões do Estado do Paraná.

distribuídos para os agentes de pastorais das cidades de Londrina, Apucarana, Jacarezinho, Campo Mourão, São José dos Pinhás e Curitiba. Com a colaboração de alunos de iniciação científica, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós graduação de Teologia e do Programa de Pós graduação de Bioética da PUCPR.

Os questionários foram entregues em encontros, palestras, reuniões, e cursos de formação dos agentes de pastorais. No total foram respondidos 863 questionários relacionados à gravidez do primeiro filho e 614 relacionados à gravidez do último filho. É necessário destacar, que os participantes da pesquisa são agentes das pastorais da Igreja Católica, o que possibilita algumas conclusões e também demonstra o recorte da pesquisa.

A pesquisa de campo começou a ser efetuada em 2014, quando se elaborou o instrumento de pesquisa: Planejamento da Parentalidade no Contexto da Bioética. O objetivo desse instrumento é identificar as causas da ausência ou presença de projeto de parentalidade em pessoas que já tiveram filhos. As causas podem apontar para diversos fatores, por isso o projeto busca investigar a questão, relacionando parentalidade com sexualidade, modelos de família, questões sociais e religião.

A abordagem utilizada é a quali-quantitativa, ou seja, é uma pesquisa qualitativa a partir de dados quantitativos, pois nos permite verificar por meio das respostas dos questionários, o perfil dos agentes de pastoral em relação ao planejamento familiar, bem como inferir sobre a influência da Igreja Católica nas tomadas de decisões sobre o planejamento familiar e educação sexual. E propicia também pela análise das respostas, verificar se as orientações da Igreja sobre educação sexual, e métodos contraceptivos são internalizadas pelos fiéis.

Durante a tabulação dos dados foi utilizado o teste Qui-quadrado. A definição Qui-quadrado, simbolizado por (x^2) , é um teste de hipóteses que se destina a encontrar um valor da dispersão para duas variáveis nominais, avaliando a associação existente entre variáveis qualitativas.

Este é um teste não paramétrico, não depende dos parâmetros populacionais, como média e variância, seu princípio básico é realizar comparações entre proporções. De preferência para amostras grandes (> 30); em observações independentes, e não se aplica se 20% das observações forem inferior a 5, e não pode haver frequências inferiores a 1. O teste verifica se a frequência com que um determinado acontecimento observado em uma amostra, se desvia significativamente

ou não da frequência com que ele é esperado. Realiza comparações da distribuição, entre diversos acontecimentos, em diferentes amostras, para avaliar se as proporções observadas destes eventos, mostram, ou não, diferenças significativas, ou se as amostras diferem significativamente quanto as proporções desses acontecimentos (CONTI, 2009, p.1-2).

Fórmulas utilizadas para o cálculo do Qui-quadrado:

$$X^2 = \sum \left(\frac{O-E}{\Sigma(E)} \right)^2$$

$$\text{Fórmula para encontrar o valor E: } E = \left(\frac{(\text{Soma da linha 1}) (\text{Soma da coluna 1})}{\text{total de observações}} \right)$$

Coeficiente de Contingência (CC): é um indicador do grau entre duas variáveis analisadas pelo Qui-quadrado. Quanto mais próximo de 1, melhor o coeficiente de contingência, que varia de 0 e 1.

$$\text{A fórmula utilizada para calcular o CC é: } CC = \frac{\sqrt{x^2 calc}}{x^2 calc + n}$$

Para aplicar o teste deve se seguir as seguintes proposições:

- Os grupos são independentes;
- Os itens de cada grupo são selecionados aleatoriamente;
- As observações devem ser frequências ou contagens;
- Cada observação pertence a uma e somente uma categoria;
- A amostra deve ser relativamente grande, com pelo menos 5 observações em cada célula e, no caso de grupos -pelo menos 10- exemplo: em tabela 2x2 (CONTI, 2009, p.1-2).

Análise estatística P= (lê “Rho” de Sperman).

A análise foi realizada com o programa SPSS Statistic, versão 22.0. Para a construção da tabela foi utilizada a estatística descritiva. Visando avaliar se houve correlação entre as variáveis analisadas no questionário, foi aplicado o teste de correlação de Sperman (p), para cada um dos cruzamentos feito entre as questões.

Quanto mais próximo de 1 o Coeficiente de Sperman, maior a correlação positiva existente entre as variáveis. Os valores negativos representam correlação inversa entre as variáveis.

Foram considerados como significativos apenas as correlações com valores “p” maiores que 0,05.

Quando identificada a correlação por meio do “p”, os valores obtidos nos cruzamentos de dados foram comparados entre si por meio do teste de Qui-quadrado (χ^2), visando encontrar quais valores diferem de forma significativa. Foram considerados “p=” maiores que 0,05.

1.3 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

O perfil dos entrevistados no contexto desta pesquisa sobre educação sexual, realizada no âmbito das pastorais católicas em dioceses do Paraná, apresentam os seguintes dados:

Tabela 1 – Perfil geral dos entrevistados

Perfil geral dos entrevistados: por gênero, idade atual		
GÊNERO	PERCENTAGEM	Nº DE ENTREVISTADOS
Masculino	27,7	239
Feminino	71,5	617
NR	8	7
IDADE	PERCENTAGEM	Nº DE ENTREVISTADOS
Entre 18 e 25 anos	1,6	14
Entre 26 e 35 anos	11,7	101
Entre 36 e 45 anos	34,4	297
Entre 46 e 60 anos	36,7	317
Acima de 60 anos	11,8	102
NR	3,7	32
Total	100,0	863

Fonte: Grupo de Estudo Parentalidade, 2016

As Pastorais católicas são formas associativas e comunitárias, que permitem a leigos o trabalho comunitário. Este trabalho voluntário e gratuito é fundado no desinteresse material. De acordo com os dados da (Tabela 1) dentre os participantes da pesquisa 71,5% se identifica como sendo do gênero feminino e 27,7% masculino. 0,8% dos entrevistados não identificaram seu gênero.

Dos respondentes da pesquisa 716 indicaram idade acima de 36 anos. O que precisa estar presente na interpretação dos dados, é que para a maioria dos

entrevistados a gravidez do primeiro filho ocorreu há décadas, dando à pesquisa um carácter retrospectivo. Destaca-se também o pequeno número de participantes entre 18 e 25 anos.

Esses elementos são importantes pois – com este perfil etário - a pesquisa não retrata o que está ocorrendo hoje em termos de planejamento da parentalidade e a relação disso com a educação sexual, também precisa ser problematizada, pois a questão da educação sexual no Brasil, só se tornou política de governo em 1990 com a criação dos PCNS: Parâmetros Curriculares Nacional. Porém, somente em 1997 o tema orientação sexual passou a fazer parte dos PCNS, como tema transversal. Nesse momento o Estado demonstra seu interesse, motivado pelo avanço do Vírus da Imunodeficiência Humana, da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, das Infecções Sexualmente Transmissíveis, e da gravidez adolescente. A escola agora passa a ser o lugar onde será desenvolvido na criança, adolescentes e jovens, uma ação educativa, que permita a eles serem capazes de discernir sobre sua saúde em relação a sexualidade (BRASIL, 2000).

Antes da década de 1990, poucas escolas tinham em sua grade curricular orientação sobre sexualidade. E quando havia, o foco estava na prevenção de doenças. Como a maioria (84%) dos entrevistados têm idade entre 26 e 60 anos, muitos não tiveram acesso à educação sexual garantida pelos PCNS.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Na introdução, apresentada como o primeiro capítulo, são descritos os passos seguidos para realização da pesquisa, sua justificativa, hipóteses e objetivos. Nele constam os dados do projeto de pesquisa; a metodologia utilizada durante a realização do trabalho de coleta dos dados e sua análise. Incluindo também o perfil dos entrevistados. Em todos os capítulo foram apresentados os resultados da pesquisa de campo referentes ao tema em discussão.

No segundo capítulo as informações sobre a idade do início do relacionamento sexual, foram cruzadas com a qualidade do planejamento familiar. Para tabulação das informações da pesquisa de campo, utilizou-se os dados das seguintes perguntas: Em que idade você iniciou um relacionamento sexual? Planejou a gravidez do seu primeiro filho? Cruzando os dados com as seguintes perguntas: Planejou a gravidez

do último filho? A gravidez do seu último filho foi um projeto de casal? Decisão a dois? A segunda parte do capítulo consta a reflexão teórica sobre o tema: Relação entre a idade do início da vida sexual e planejamento familiar; sexualidade e o comportamento dos adolescentes; sexualidade no pensamento da Igreja Católica.

No terceiro capítulo buscou-se situar a Influência da escolaridade no planejamento familiar. Sabendo-se que o planejamento familiar não é algo que possa ser feito de forma isolada, pois nele interferem várias pessoas e agentes de forma direta ou indireta, analisou-se os dados das seguintes questões: Escolaridade na gravidez do primeiro filho? cruzando com outras duas questões: Você planejou a gravidez do seu primeiro filho? A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal? Decisão a dois? Os dados também foram cruzados com as questões relacionadas com a gravidez do último filho: Você planejou a gravidez do seu último filho? A gravidez do seu último filho foi um projeto de casal? Decisão a dois? Na segunda parte do capítulo é descrita a análise e a discussão da temática: educação formal e planejamento familiar; finalidades da educação sexual; sexualidade e as orientações dos PCNS; educação sexual e ambiente escolar; gravidez e evasão escolar.

O quarto capítulo traz o relato dos dados da pesquisa de campo sobre as questões: Informação sobre sexualidade e planejamento familiar. Com a compreensão prévia que passar informações sobre sexualidade de forma atraente, sincera e eficiente constitui-se em grande desafio. A questão utilizada para análise foi de quem: Recebeu mais informações sobre sexualidade. Em seguida esta pergunta foi cruzada com: Você planejou a gravidez do seu primeiro filho? A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto do casal? Decisão a dois? A gravidez do seu último filho foi um projeto do casal? Na segunda parte do capítulo consta a análise do tema: Informação sobre sexualidade e planejamento familiar. Educação sexual na família; e a informação sobre planejamento familiar e parentalidade.

No quinto capítulo é relatado a influência da religião no planejamento familiar. Com a análise da temática da sexualidade, a partir dos Documentos do Magistério da Igreja Católica, pode-se verificar se neles a educação sexual está fortemente relacionada com o planejamento familiar. Neste capítulo buscou-se ainda, identificar a relação entre a influência da religião no planejamento familiar. Para isso foram feitas as seguintes perguntas: A religião influenciou na escolha do método contraceptivo? A seguir os dados foram cruzados com outras questões: Você planejou a gravidez do

seu primeiro filho? A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto do casal? Decisão a dois? Os dados ainda foram cruzados com as seguintes perguntas: Você planejou a gravidez do seu último filho? A gravidez do seu último filho foi um projeto do casal? Decisão a dois? E no capítulo consta ainda a reflexão teórica sobre a temática: Influência da religião no planejamento familiar; Planejamento familiar na Igreja Católica do século XX; E parentalidade responsável.

As considerações finais trazem as conclusões mais significativas extraídas da análise das informações da pesquisa de campo, realizadas no âmbito das pastorais da Igreja Católica.

2 RELAÇÃO ENTRE IDADE DO INÍCIO DA VIDA SEXUAL E PLANEJAMENTO FAMILIAR

A escolha do tema educação sexual está condicionada a sua relevância social, devido aos altos índices de gravidez de adolescentes, de doenças como Vírus da Imunodeficiência Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida e das Infecções Sexualmente Transmissíveis (HIV/AIDS/IST). Mas também por compreender ser importante verificar se a educação sexual oferecida aos jovens e adolescentes, atende aos seus anseios por informação especializada.

A maturação sexual tem início na puberdade e se prolonga pela vida das pessoas de forma variada. Apesar de ser conturbada, e causar tensão social e familiar, como na adolescência, ela é também um momento privilegiado da existência, pois marca a etapa onde irá se dar as conquistas de autonomia do indivíduo.

Em nossa sociedade a dignidade e integridade da pessoa é garantida pelos Direitos Humanos (UNESCO, 2014) e está diretamente ligado à sua liberdade em matéria de sexualidade. Porém, para Cloutier e Drapeau (2012, p 141) as posições “são muito menos contundentes quanto à margem de liberdade que se pode conceder a jovens sexualmente adultos, para que eles possam viver a sexualidade de acordo com sua maturidade física”. A precocidade sexual tem ocorrido antes da independência material. Este é um fator de conflito entre adultos, jovens e adolescentes. A adolescência está sendo prolongada e a sociedade busca meios de lidar com uma sexualidade jovem, desconectada com a vida socioeconômica.

2.1 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Neste capítulo retoma-se o objetivo definido de relacionar a idade do início da vida sexual com o nível do planejamento familiar, e a hipótese vinculada a este objetivo: O início de relacionamento sexual em idade precoce tem correlação direta com uma menor qualidade de planejamento familiar. A pesquisa de campo permite verificar isso com a compreensão prévia, que ‘ter a gravidez do primeiro filho planejada’ e ter feito isto ‘como projeto do casal’ são dois fatores, entre outros, que apontam para uma melhor qualidade do planejamento familiar.

Foi realizado o cruzamento de dados com as seguintes perguntas do questionário: Em que idade você iniciou um relacionamento sexual? Com outras duas questões: Você planejou a gravidez do seu primeiro filho? A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto do casal? Decisão a dois? Cruzaremos os dados também com as questões relacionadas com a gravidez do último filho, com as perguntas: Você planejou a gravidez do seu último filho? A gravidez do seu último filho foi um projeto de casal? Decisão a dois?

A Tabela 2 indica que dos entrevistados 37,1% iniciaram um relacionamento sexual antes dos 18 anos; 35,1% entre 19 e 21 anos e 25% acima de 21 anos.

TABELA 2 - IDADE QUE INICIOU UM RELACIONAMENTO SEXUAL

	Frequência	Porcentagem
Menos de 15	44	5,1
Entre 16 e 18 anos	276	32,0
Entre 19 e 21 anos	303	35,1
Entre 22 e 25	145	16,8
Acima de 26 anos	71	8,2
NR	24	2,8
Total	863	100,0

Fonte: Grupo de Estudo Parentalidade, 2016

A tabela 3 cruza os dados acima sobre a idade do início de um relacionamento sexual, com a questão do planejamento familiar na gravidez do primeiro filho. Nota-se que os dados confirmam a hipótese apresentada de forma significativa por esta pesquisa ($P= 0,184$; $p= 0,000$). Visto que indivíduos que iniciaram relacionamento sexual antes dos 15 anos e dos 18 anos apresentam respectivamente índices de 27,2% e 31,9% de respostas com nota 4.

As notas variam de zero a 4, isto é, quanto menor a nota, menor o planejamento. O planejamento foi maior para os indivíduos que começaram um relacionamento sexual com idade acima de 21 anos (50% atribuíram nota 4). No entanto, comparando estaticamente os dados antes dos 18 anos, difere dos acima de 21 anos, de forma significativa ($\chi^2= 43.58$; $p=0,000$)

Durante o trabalho com os dados referentes a idade que iniciou um relacionamento sexual e planejamento familiar, verificou-se a necessidade de

aprofundar as pesquisas. Pois além, dos dados apresentados acima, os jovens que tiveram filhos aos 15 anos tinham baixa escolaridade. Numa próxima pesquisa o ideal seria mapear, se as pessoas que engravidaram antes dos 18 anos, se elas continuaram seus estudos. Este, portanto, é um limite encontrado durante a pesquisa, que exigem aprofundamento.

A tabela 3 apresenta informações sobre gravidez do primeiro filho, nela o planejamento da gravidez cresce de um modo geral na medida em que as pessoas retardaram sua iniciação sexual. Mas os dados estatísticos ($\chi^2=1,79$; $p=0,25$) indicam que a relação do crescimento do planejamento entre (15 e 18 anos) e entre (19 e 26 anos) respectivamente ($\chi^2= 2,15$; $p= 0,34$) não é significativa. Os dados coerentemente, apontam o movimento inverso com índices maiores de notas zero ao planejamento familiar, quando o início da vida sexual é mais precoce.

Os dados sugerem ainda que 59,1% dos indivíduos que iniciaram sua vida sexual antes dos 15 anos atribui nota zero para o planejamento da gravidez do primeiro filho, contra 26,8% que começou sua vida sexual acima dos 26 anos.

TABELA 3 - TABULAÇÃO CRUZADA: 'IDADE QUE INICIOU UM RELACIONAMENTO SEXUAL' COM 'PLANEJOU A GRAVIDEZ DO SEU PRIMEIRO FILHO'.

Idade que iniciou um relacionamento sexual	Planejou a gravidez do seu primeiro filho						Total	
	Zero	1	2	3	4	NR		
Menos de 15	Contagem	26	3	1	2	10	2	44
	%	59,1%	6,8%	2,3%	4,5%	22,7%	4,5%	100,0%
Entre 16 e 18 anos	Contagem	135	19	19	15	88	0	276
	%	48,9%	6,9%	6,9%	5,4%	31,9%	0,0%	100,0%
Entre 19 e 21 anos	Contagem	94	19	14	26	147	3	303
	%	31,0%	6,3%	4,6%	8,6%	48,5%	1,0%	100,0%
Entre 22 e 25	Contagem	36	7	14	10	76	2	145
	%	24,8%	4,8%	9,7%	6,9%	52,4%	1,4%	100,0%
Acima de 26 anos	Contagem	19	2	4	5	41	0	71
	%	26,8%	2,8%	5,6%	7,0%	57,7%	0,0%	100,0%
NR	Contagem	12	2	0	5	3	2	24
	%	50,0%	8,3%	0,0%	20,8%	12,5%	8,3%	100,0%
Total	Contagem	322	52	52	63	365	9	863
	%	37,3%	6,0%	6,0%	7,3%	42,3%	1,0%	100,0%

Fonte: Grupo de Estudo Parentalidade, 2016.

Por sua vez a Tabela 4 cruza os dados a respeito da idade do início de relacionamento sexual com a questão do planejamento familiar na gravidez do último filho. Nesta tabela o número de participantes da pesquisa diminui para 614, devido as questões estarem relacionadas a gravidez do último filho.

Nos dados da pesquisa de campo relacionados à gravidez do último filho, a hipótese sugerida não se confirma, representado estatisticamente por ($P = 0,032$; $p = 0,434$). Os índices de respostas máximas (nota 4) ao planejamento familiar não apresenta diferença significativa em relação à idade de início de relacionamento sexual. Esses índices podem ser verificados na tabela e abrirá, na discussão dos dados, para outras indagações e variáveis que certamente essa pesquisa não tem condições de responder.

TABELA 4 - TABULAÇÃO CRUZADA: 'IDADE QUE INICIOU UM RELACIONAMENTO SEXUAL' COM 'PLANEJOU A GRAVIDEZ DO SEU ÚLTIMO FILHO'

Idade que iniciou um relacionamento sexual		Planejou a gravidez do seu último filho						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
Menos de 15	N.	8	3	4	0	18	0	33
	%	24,2%	9,1%	12,1%	0,0%	54,5%	0,0%	100,0%
Entre 16 e 18 anos	Contagem	64	7	7	13	109	5	205
	%	31,2%	3,4%	3,4%	6,3%	53,2%	2,4%	100,0%
Entre 19 e 21 anos	Contagem	70	10	17	19	102	4	222
	%	31,5%	4,5%	7,7%	8,6%	45,9%	1,8%	100,0%
Entre 22 e 25	Contagem	33	2	6	4	47	2	94
	%	35,1%	2,1%	6,4%	4,3%	50,0%	2,1%	100,0%
Acima de 26 anos	Contagem	13	1	1	1	25	1	42
	%	31,0%	2,4%	2,4%	2,4%	59,5%	2,4%	100,0%
NR	Contagem	9	1	0	1	5	2	18
	%	50,0%	5,6%	0,0%	5,6%	27,8%	11,1%	100,0%
Total	Contagem	197	24	35	38	306	14	614
	%	32,1%	3,9%	5,7%	6,2%	49,8%	2,3%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

A tabela 5 informa que na gravidez do primeiro filho o planejamento familiar se apresenta mais como projeto do casal na medida em que as pessoas iniciaram relacionamento sexual mais tardiamente, as informações são confirmadas pelo dado estatístico ($P = 0,170$; $p = 0,00$). Nesta Tabela foram cruzadas as informações a respeito do início de relacionamento sexual com a indagação se a gravidez do primeiro

filho foi um projeto de casal. Aqui nota-se que os dados confirmam a hipótese em questão, pois os indivíduos que iniciaram relacionamento sexual antes dos 15 e dos 18 anos apresentam respectivamente índices de 36,4% e 44,4% de notas máximas (4), quando perguntados se a gravidez do primeiro filho fora projeto do casal. Por outro lado, mais de 60% dos indivíduos que iniciaram relacionamento sexual acima de 21 anos atribuem a nota máxima (4) à mesma pergunta, chegando ao índice de 67,6% para os que afirmam ter iniciado relacionamento sexual acima de 26 anos.

Coerentemente, os dados apontam o movimento inverso com índices maiores de atribuição de 'zero' para a mesma questão, portanto, quanto mais precoce foi o início do relacionamento sexual, menor a chance da gravidez ser um projeto de casal. É significativa a diferença de acordo com os cálculos ($\chi^2=11,30$; $p=0,00$), quando 54,5% dos indivíduos que afirmam ter iniciado um relacionamento sexual antes dos 15 anos atribuir nota 'zero' à questão da gravidez do primeiro filho como projeto do casal, contra apenas 22,5% para aqueles que iniciaram um relacionamento sexual acima de 26 anos.

TABELA 5 - TABULAÇÃO CRUZADA: 'IDADE QUE INICIOU UM RELACIONAMENTO SEXUAL' COM 'A GRAVIDEZ DO SEU PRIMEIRO FILHO FOI UM PROJETO DE CASAL'

Idade que iniciou um relacionamento sexual		A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
Menos de 15	Contagem	24	2	0	1	16	1	44
	%	54,5%	4,5%	0,0%	2,3%	36,4%	2,3%	100,0%
Entre 16 e 18 anos	Contagem	111	11	23	6	122	2	275
	%	40,4%	4,0%	8,4%	2,2%	44,4%	0,7%	100,0%
Entre 19 e 21 anos	Contagem	83	8	8	18	182	4	303
	%	27,4%	2,6%	2,6%	5,9%	60,1%	1,3%	100,0%
Entre 22 e 25	Contagem	25	8	12	2	96	2	145
	%	17,2%	5,5%	8,3%	1,4%	66,2%	1,4%	100,0%
Acima de 26 anos	Contagem	16	0	4	2	48	1	71
	%	22,5%	0,0%	5,6%	2,8%	67,6%	1,4%	100,0%
NR	Contagem	9	3	0	0	9	3	24
	%	37,5%	12,5%	0,0%	0,0%	37,5%	12,5%	100,0%
Total	Contagem	268	32	47	29	473	13	862
	%	31,1%	3,7%	5,5%	3,4%	54,9%	1,5%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

Quando a mesma questão é relacionada com a gravidez do último filho, novamente o quadro se apresenta de modo diferenciado. Assim a Tabela 6 que cruza os dados sobre o início do relacionamento sexual com a indagação se a gravidez do último filho foi um projeto de casal, os dados não confirmam a hipótese com que

trabalhamos, pois, ($P=-0,02$; $p=0,054$) sugerem que não há diferença significativa entre a idade de início de relacionamento sexual com a gravidez do último filho ser um projeto do casal. Novamente esses dados podem exigir uma discussão que precisa ser ampliada.

TABELA 6 - TABULAÇÃO CRUZADA: 'IDADE QUE INICIOU UM RELACIONAMENTO SEXUAL' COM 'A GRAVIDEZ DO SEU ÚLTIMO FILHO FOI UM PROJETO DE CASAL'

Idade que iniciou um relacionamento sexual		A gravidez do seu último filho foi um projeto de casal						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
Menos de 15	Contagem	7	2	4	1	19	0	33
	%	21,2%	6,1%	12,1%	3,0%	57,6%	0,0%	100,0%
Entre 16 e 18 anos	Contagem	52	7	14	9	119	4	205
	%	25,4%	3,4%	6,8%	4,4%	58,0%	2,0%	100,0%
Entre 19 e 21 anos	Contagem	56	6	17	12	128	3	222
	%	25,2%	2,7%	7,7%	5,4%	57,7%	1,4%	100,0%
Entre 22 e 25	Contagem	30	1	9	4	48	2	94
	%	31,9%	1,1%	9,6%	4,3%	51,1%	2,1%	100,0%
Acima de 26 anos	Contagem	7	1	3	4	27	0	42
	%	16,7%	2,4%	7,1%	9,5%	64,3%	0,0%	100,0%
NR	Contagem	8	1	0	0	8	1	18
	%	44,4%	5,6%	0,0%	0,0%	44,4%	5,6%	100,0%
Total	Contagem	160	18	47	30	349	10	614
	%	26,1%	2,9%	7,7%	4,9%	56,8%	1,6%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

2.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA: INÍCIO DA VIDA SEXUAL E PLANEJAMENTO FAMILIAR

Os resultados apresentados acima sugerem que a idade de início da atividade sexual impacta claramente no planejamento familiar, isto tanto no sentido de ter a primeira gravidez mais bem planejada, como também que ela seja fruto de um planejamento harmônico do casal. Esses elementos trazem para o debate aspectos diversos, como a experiência sexual precoce, a falta de educação/orientação sexual, e a falta de clareza das consequências da sexualidade.

Posto isso, é necessário entender antes de qualquer debate sobre educação sexual e sexualidade, que mesmo com os avanços das ciências biológicas e médicas, a constituição biológica do ser humano não mudou. O relógio biológico humano tem registrado que o período de fertilidade masculino e feminino começa na adolescência.

Figueiredo (2008, p.8) defende que “ao contrário de negar a sexualidade dos jovens e adolescentes, deve-se primeiro procurar entendê-la, para depois orientá-la”.

A adolescência traz consigo mudanças físicas, hormonais e mentais. Estas mudanças adéquam o corpo a nova realidade que o jovem passa a vivenciar. Geralmente os adolescentes se atraem, formando grupos de relacionamentos e criando parcerias que futuramente podem se transformar em relações mais íntimas, com contato físico, brincadeiras, carícias e beijos.

A prática sexual entre os jovens e adolescentes é ampla, e não deve ser ignorada, quando são pensadas as políticas públicas de saúde e educação, pois conforme dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2011), 33% dos adolescentes tiveram iniciação sexual antes dos 18 anos. É interessante observar que a nossa pesquisa indicou um índice ainda superior (37,1%), mostrando que, neste aspecto, a realidade dos agentes de pastoral da Igreja não difere da realidade social como um todo. O relacionamento sexual dos jovens, geralmente são recriminados, assim de acordo com Figueiredo (2008, p. 14) “ela tende a ser escondida e não-planejada, o que leva a uma série de situações de riscos, vividas pelos jovens”.

Dados do (UNICEF, 2001) descrevem que no Brasil, 16% das adolescentes engravidam durante o primeiro ano de vida sexual; 13% tiveram filhos; e 29% sofreram aborto. Os dados revelam também, que os jovens e adolescentes estão mais preocupados em esconder a prática sexual, do que prevenir-se de doenças e de uma possível gravidez. Apesar do uso de preservativos ter aumentado entre esse público, eles ainda continuam se contaminando por (ISTS/HIV/AIDS), e engravidando, nos primeiros seis meses de vida sexual.

Os dados da pesquisa com agentes de pastoral apontam que apenas 42,3% (Tabela 5) admitiram ter planejado plenamente a gravidez do primeiro filho e 49,8% (Tabela 6) afirmam ter planejado plenamente a gravidez do último filho. Estes dados são muito parecidos com o que se encontra em outros contextos, como nos dados apresentados pelo (UNICEF, 2011). Quem mais faz uso de preservativos no Brasil são os jovens, onde 51% declara já ter usado em alguma relação sexual. Esse número é superior aos de outras faixas de idades. Mas a gravidez não planejada faz parte da realidade de 50% das mulheres, mesmo que 85% delas, alegam fazer uso de algum tipo de contraceptivo.

Os dados sobre o aborto são alarmantes. Estima-se que 1.000.000 de gestações por ano terminem em abortos provocados no Brasil, e ocorrem 200.000 internações anuais em hospitais conveniados ao Sistema Único de Saúde, devido a complicações decorrentes do aborto (UNICEF, 2011).

Contra todos esses fatores que agem para tornarem os jovens e adolescentes vulneráveis, as atividades educativas quando ocorrem, têm se mostrado promotoras de mudanças de comportamentos. A prevenção contra doenças passou a fazer parte da vida sexual de muitos jovens e adultos. O uso do preservativo masculino se tornou mais frequente, e seu uso tem aumentado com o passar dos anos, contribuindo para que o número de contaminação por ISTS/HIV/AIDS continuem estáveis.

Os órgãos públicos de saúde, as escolas, e adultos de um modo geral estão preocupados em educar e orientar os jovens e adolescentes para a prática sexual, mas isso não tem sido suficiente para diminuir de forma mais eficaz o número de gravidez não planejada e a contaminação por ISTS/HIV/AIDS.

2.2.1 Sexualidade e o Comportamento dos Adolescentes

Os jovens contemporâneos são considerados diferentes daqueles do passado. Houve-se muito a expressão, que os jovens de antigamente eram melhores do que os de hoje. Mas ao rever a história, dá para perceber que os jovens refletem a época em que vivem. Eles são influenciados e se desenvolvem de acordo com a época em que vivem, por isso, se o contexto sofre mudanças, a realidade deles também mudam.

As famílias contemporâneas são compostas por um número menor de membros, e composta por pessoas mais velhas. Grande parte das mães atualmente trabalham fora, por isto, há influência de pessoas externas à família na educação desses jovens. No decorrer da infância e da adolescência eles terão contato com diferentes educadores, entre eles: as babás, os professores nas creches e nas escolas. Além dessas pessoas que agem diretamente na educação, existe também, a participação indireta das mídias sócias e da imprensa, que influenciam na formação de opinião desses jovens e adolescentes. Constatase que durante a fase de infância e adolescência um jovem hoje:

Acumula proporcionalmente menos tempo de contato com seus pais e relaciona-se com um número maior de agentes educativos, dos quais cada um imprime uma marca psicológica mais ou menos importante na sua trajetória pessoal. (...) Dentre tudo o que é apresentado ao jovem como modelos, valores e proibições, poucas mensagens são realmente compartilhadas por todos os participantes e promovidas por uma mesma voz (CLOUTIER; DRAPEAU, 2012, p.20)

Em alguns casos, a cultura dos jovens, e seu modo de se comportar e de se relacionarem entre si, não são bem vindas nas escolas, e nem dentro das famílias. As dificuldades de comunicação e de relacionamento com o mundo juvenil, ocorrem devido ao desconhecimento e a resistência em relação ao mundo deles.

Uma das características desse mundo juvenil que gera conflito, se dá no momento em que o jovem se torna adulto sexualmente, mas continua dependendo financeiramente dos pais. A primeira relação sexual é percebida pela sociedade como um rito de passagem para a vida adulta. A média da primeira relação sexual dos jovens e adolescentes no Brasil é de 14 anos para o sexo masculino e de 15 anos para o feminino (HUGO; et al.; 2011, nº 11).

Os jovens têm formas diferenciadas de se relacionarem, para eles namorar e 'ficar' não tem o mesmo significado. Ficar é uma experiência de estarem com o outro, trocar carícias, intimidades, descobertas e sensações sobre o corpo e sobre si mesmo. Rolam beijos, abraços, e eventualmente, pode-se chegar a uma transa. Os limites do 'ficar' são determinados pelo próprio casal. Em geral inclui afetividade, porém, não há um compromisso de continuidade ou exclusividade, mas o ficar poderá se transformar em namoro.

O 'ficar' seria a falta de compromisso entre o casal, pois eles podem mudar de parceiro, sem terem a obrigação de dar satisfação ao meio social e a família. Para os jovens é uma interação afetiva e sexual, onde não existem as cobranças do namoro. E não traz consequências na visão dos jovens, e nele existe ainda certa igualdade na relação de gêneros. Um grande número de mulheres já mudaram seu comportamento, pois, preferem o 'ficar' ao compromisso do namoro. (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2001 p.149).

Em princípio, o 'ficar' implica no estabelecimento de interações mais igualitárias entre rapazes e moças, onde se "pressupõe que as características de superficialidade e de descompromisso sejam percebidas e vividas como positivas para ambos os sexos" (ABRAMOVAY; SILVA; CASTRO; 2004 p.91).

Mas ao contrário do que os adultos podem imaginar, o ‘ficar’ tem conteúdo romântico e de paixão. Ele é mais que um gesto, e pode ser definido como o compromisso com o descompromisso em relação ao futuro e as normas de relacionamento sexual que os adultos estipularam.

2.2.2 Sexualidade no Pensamento da Igreja Católica

A visão apresentada sobre a sexualidade nos documentos da Igreja Católica, não se restringe a contracepção. Entendendo e procurando dar respostas a essas questões os padres do Concílio Vaticano II reconhecem que a Igreja é também uma realidade histórica, e por isto, compete aos pastores e teólogos “discernir e interpretar às várias linguagens do nosso tempo e julgá-las à luz da palavra divina” (GS.n. 62).

No contexto de uma realidade de sexualidade considerada precoce e dos impactos disso no planejamento familiar, a mensagem da Igreja sobre sexualidade adquire grande relevância. O ser humano exerce sua sexualidade o tempo todo, muitas vezes de forma inconsciente. O corpo molda a realidade e a percepção de tudo a sua volta. O modo como ele se relaciona e conhece as coisas, o leva a tender ou não para elas. Neste aspecto Kosnik (et al., 1982, p.69) esclarece:

A sexualidade é o modo por excelência pelo qual uma subjetividade isolada sai de si para a comunhão com outro sujeito. A subjetividade corporificada sai de si para um outro sujeito-corpo, a fim de banir a solidão e experimentar a plenitude de ser-com-outro no projeto humano. O ser humano precisa de um outro para concretizar a capacidade de partilhar a subjetividade.

A sexualidade serve ao desenvolvimento humano, e a realização de suas potencialidades. Desta forma, ela não pode ficar restrita a procriação, ela necessita ir além, para que o ser humano possa exercer sua natureza relacional, de estar com o outro. O Magistério da Igreja Católica defende a castidade, mas como expõe Kosnik (et al., 1982, p.131) ela não deve ser confundida com a anulação da sexualidade. Ela deve ser entendida como a capacidade que o ser humano tem de transformar a potência da sexualidade numa força criativa e integradora.

A castidade oferece também o desenvolvimento intrapessoal e interpessoal. Tornando-se assim, em desafio constante para toda vida do indivíduo (KOSNIK, et al., 1982, p.131).

Como define Bach (1980, p.64) a castidade conjugal é o mais evidente dentre os sinais visíveis da sacralidade do amor humano, “é em sua essência fidelidade a um amor recíproco, que se alimenta e se expressa radicalmente nas formas de expressão corporal, própria do amor sexual”. Este amor conjugal não se resume ao contato genital, ele transcende e conserva na família o respeito ao Dom da vida.

O domínio de si mesmo, essa é uma regra que falta ser observada por muitos, quando o assunto é sexo. A busca pelo prazer, e a oferta de satisfação imediata amplamente propagada pelos meios de comunicação e as mídias sociais, interfere na capacidade do ser humano de exercitar o autodomínio.

De acordo com o Papa Paulo VI, o “autodomínio é uma prática honesta de regular a natalidade, e ela exige convicções sólidas sobre o valor da vida e da família” (HV.21). Por falta de autodomínio como esclarece Charbonneau (1969, p.75) “a liberdade não invadiu o campo do biológico, do genital, do sexual, este é destinado unicamente ao imperativo da necessidade cega”. A busca pelo outro baseada na necessidade física de satisfação, torna-se um resumo egoísta da relação humana.

Ao estimular o autodomínio a *Humanae Vitae* visa a harmonia completa de corpo e espírito entre os casais:

O domínio do instinto, mediante a razão e a vontade livre, impõe, indubitavelmente, uma ascese, para que as manifestações afetivas da vida conjugal sejam conformes com a ordem reta e, em particular, concretiza-se essa ascese na observância da continência periódica (HV.21).

Quando falta autodomínio o amor é contestado, a necessidade da satisfação física, e do gozo, torna-se um imperativo. A experiência de vínculo e amor a outra pessoa se anula.

O amor conjugal, é um “amor total e plenamente humano” (HV, n.9), e Charbonneau (1969, p.81) completa, “ao reiterar nossa fé neste amor me parece uma tarefa indispensável, diante do mundo de desamor que morre por crer não ser mais possível amar”.

A sexualidade caracteriza o ser humano no plano físico, psicológico e espiritual. Esta diversidade, tem como fim a complementaridade dos dois sexos, e responde aos designios de Deus, conforme a vocação à qual cada um é chamado. Quando o amor conjugal é vivido plenamente ele compreende e vai além da amizade, fundando com o pacto conjugal a comunhão de pessoas na qual Deus quis que fosse concebida,

nascesse e se desenvolvesse a vida humana. “No Matrimônio a intimidade corporal dos esposos torna-se sinal e penhor de comunhão espiritual. Entre os batizados, os laços do matrimônio são santificados pelos sacramentos” (SH, n.14).

A autenticidade do amor conjugal é a abertura à vida, que conduz os esposos ao conhecimento recíproco, que não se esgota no interior do casal, mas estende-se para a próxima doação possível, pelo qual o ser torna-se cooperador com Deus no Dom de uma nova vida, de uma nova pessoa. Mas não só de um novo nascimento, pois ao se doar a pessoa se renova com o outro no amor de doação (SH, n.15)

A abertura a vida em todos os sentidos produz felicidade, dá sentido pleno ao ser, produz uma sociedade mais justa, e da credibilidade a instituição familiar, pelo seu equilíbrio com uma cultura de paz, onde se valoriza a vida (SH, n.15). O amor virginal e o conjugal são formas de realizar a vocação da pessoa ao amor. O crescimento no amor é auxiliado pela disciplina das paixões, dos sentidos, e dos afetos que propicia o autodomínio e a doação de si. Nessa perspectiva, pode-se afirmar:

A castidade supõe uma aprendizagem do domínio de si, que é uma pedagogia da liberdade humana. A alternativa é clara: ou o homem comanda as suas paixões e alcança a paz, ou se deixa comandar por elas e torna-se infeliz. (...) Por isso se requer uma capacidade de uma atitude de domínio de si que são sinal de liberdade interior, de responsabilidade para consigo mesmo e para com os outros e, ao mesmo tempo, testemunham uma consciência de fé (SH, n.18)

Na falta de autodomínio a pessoa não é senhora de si, e se isenta da capacidade de se doar. Este autodomínio nos é apresentado pela virtude da castidade que é energia espiritual que liberta o amor do egoísmo e da agressividade. Na medida em que no ser humano a castidade enfraquece, o seu amor torna-se progressivamente individualista, a satisfação do desejo e do prazer já não é mais dom de si (SH, n.16).

3 INFLUÊNCIA DA ESCOLARIDADE NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

O aumento demográfico do início da década 1970 até hoje, caiu de 2,1% para 1,6% ao ano. Isto se deve ao uso do método anticoncepcional que passou a fazer parte da rotina de 50% das mulheres em idade fértil. Dessa forma, o número médio de filhos por mulher em países em desenvolvimento caiu de 6 para 4. Mas de acordo com organizações internacionais, o número ainda é alto, e se for mantido assim, a população mundial será o dobro em 2050 (UNICEF, 2009).

Nesse período as discussões sobre planejamento familiar romperam as fronteiras religiosas, e passaram a fazer parte das agendas de vários países. De modo implícito está o reconhecimento que as questões sobre a natalidade repercutem no presente e no futuro da humanidade.

Verifica-se então a necessidade cada vez mais urgente de planejamento no momento de cada pessoa exercer sua sexualidade, pois em cada ato sexual descuidado existe uma gravidez em potencial.

O ser humano possui a capacidade de planejar sua vida, mas há momentos que os fatos não ocorrem como desejado. Muitos fatores interferem no planejamento, principalmente quando envolve mais de uma pessoa. No planejamento familiar, também ocorre a interferência de mais de uma pessoa, e de vários outros agentes que impactam para que tenha ou não sucesso. Neste capítulo discutiremos o impacto da educação formal no planejamento familiar

A educação sexual no cenário científico e pedagógico brasileiro é tema recorrente desde o início do século XX. No entanto, ela sempre esteve presente de maneira informal no âmbito familiar. No Brasil a exemplo do que ocorreu na Europa, a medicina higienista se encarregou das questões que envolviam sexualidade, e passou a associar determinadas práticas sexuais a doenças, e a interferir na educação escolar. O colégio interno se tornou o modelo ideal para se educar os jovens, e impedir que sofressem influências sexuais indesejáveis (RIBEIRO, 2004, p.18).

A relação da medicina com a educação sexual no Brasil, foi se aprofundando ao longo do século XIX até metade do século XX. A partir da década de 1920 foram publicados dezenas de livros de educação e orientação sexual. Esses livros eram de autorias de médicos, professores e sacerdotes, que sendo fundamentados por dados

científicos da época, visavam de acordo com Ribeiro (2004, p.18) “a orientar a prática sexual dos indivíduos”.

Esse período de relativa liberdade em relação a educação sexual durou até a década de 1950. Somente na década de 1960 a educação sexual entra em algumas escolas das brasileiras. E passou a fazer parte dos currículos escolares de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. De 1960 a 1978 houve várias tentativas de tornar a educação sexual realmente efetiva nas escolas. Mas todas as iniciativas foram barradas pelo Regime Militar. Nesse período o governo reprimia não só as manifestações políticas, mas também censuravam as expressões de sexualidade, e as implicações nos padrões de comportamento delas decorrentes. Durante a década de 1980 e nas seguintes com a abertura política, foram retomadas as iniciativas e projetos de educação sexual nas escolas. Entre eles se destacaram:

Em 1980 a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) implanta um projeto piloto de orientação sexual em seis escolas de São Paulo: denominado de Programas de saúde: aspectos do crescimento e desenvolvimento humano relativos à sexualidade.

De 1984 a 1992, segunda fase do mesmo projeto: Sexualidade humana: reflexões e proposta de ação.

De 1989 a 1992 o projeto da cidade de São Paulo: Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, esse trabalho chegou a atingir 30.000 alunos.

Na cidade de Campinas foi organizado o projeto de mais longa duração, de 1984 a 1998. Esse projeto chegou a ser introduzido na Lei Orgânica Municipal. Seu objetivo era: organizar um grupo de trabalho para formação e capacitação de professores em orientação sexual. E organizou também o encontro nacional de adolescentes e professores, onde eles relataram suas experiências com o projeto.

Em 1996 teve início o projeto: Prevenção também se ensina: ação preventiva ao abuso de drogas/DST/HIV/AIDS entre crianças e adolescentes das escolas oficiais do Estado de São Paulo. Seus objetivos visavam à formação de recursos humanos na área de educação, capacitação e implementação de ações preventivas em relação DST/HIV/AIDS e o uso de drogas (RIBEIRO,2004, p.21,22,23).

Nenhum desses projetos teve continuidade, foram abandonados por motivos políticos, devido as mudanças de prefeitos e governadores. Somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394- 20/12/1996, as portas das escolas realmente se abriram para os educadores atenderem as necessidades dos alunos, em questões relacionadas com a sexualidade. Contando agora com o apoio das autoridades governamentais.

3.1 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Buscando identificar a relação entre escolaridade e o planejamento familiar, neste capítulo a hipótese defendida é: Maior educação formal está relacionada com maior índice de planejamento familiar. Para isso, as questões utilizadas foram: Escolaridade na gravidez do primeiro filho? cruzando com outras duas questões: Você planejou a gravidez do seu primeiro filho? A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal? Decisão a dois? Os dados foram cruzados também com as questões relacionadas com a gravidez do último filho: Você planejou a gravidez do seu último filho? A gravidez do seu último filho foi um projeto de casal? Decisão a dois.

A Tabela 7 apresenta a escolaridade dos entrevistados no momento da gravidez do primeiro filho, provavelmente o quadro que se apresenta é próprio da amostra da pesquisa e existe a dificuldade de comparar com o perfil geral da população. Nesta amostra quase um terço dos entrevistados não haviam concluído a oitava série no momento da gravidez do primeiro filho; 41,2% tinham formação de ensino médio e menos de 20% de ensino superior. Os dados indicam que a maior parte dos entrevistados 58,5%, tiveram o primeiro filho entre a última fase do ensino fundamental e após haver concluído o ensino médio. Durante o período da faculdade o índice de gravidez do primeiro filho caiu para 10,3% entre os entrevistados. E voltou a aumentar para 18,9% depois de concluída a faculdade.

Tabela 7- Escolaridade na gravidez do primeiro filho

	Frequência	Porcentagem
Não havia estudado	11	1,3
Estava nas séries iniciais	22	2,5
Havia concluído a 4ª. Série	61	7,1
Estava entre a 5ª e 8ª. Série	149	17,3
Estava no Ensino Médio	191	22,1
Havia concluído o EM.	165	19,1
Estava na Faculdade	89	10,3
Já havia concluído a Faculdade	163	18,9
NR	12	1,4
Total	863	100,0

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

Quando os dados foram cruzados com a questão do planejamento da gravidez do primeiro filho Tabela 8, os cálculos estatísticos se apresentaram de forma diferenciada. Para as séries iniciais do ensino fundamental, os cálculos mostram que

eles não diferem entre si. Mas o nível de planejamento dos entrevistados das séries iniciais, respectivamente aqueles que afirmaram (não ter estudado; estava nas séries iniciais; havia concluído a 4ª série) diferem dos que haviam terminado a faculdade ($\chi^2= 5,24$; $p= 0,02$).

O nível de planejamento dos entrevistados que haviam concluído a 4ª série, não difere daqueles que estavam entre 5ª e 8ª; no ensino médio; havia concluído o ensino médio; e estava na faculdade. No entanto, difere daqueles respondentes que já haviam concluído a faculdade, de acordo com os cálculos estatísticos ($\chi^2= 8,04$; $p= 0,00$).

O planejamento dos respondentes que estavam estudando entre 5ª e 8ª séries, não difere daqueles que estavam cursando o ensino médio. E também não difere dos que estavam na faculdade. Porém, eles diferem dos que haviam terminado o ensino médio, de acordo com o cálculo estatístico ($\chi^2= 11,13$; $p=0,00$). E da mesma forma, diferem daqueles que haviam concluído a faculdade ($\chi^2= 31,48$; $p=0,00$).

Os dados estatísticos demonstram que o nível de planejamento das pessoas que estavam no ensino médio, difere dos que já haviam concluído o ensino médio ($\chi^2= 6,38$; $p=0,001$). Difere também, daqueles que haviam concluído a faculdade ($\chi^2=24,89$; $p=0,000$). Mas não difere dos que estavam na faculdade.

O nível de planejamento não difere entre os respondentes que haviam concluído o ensino médio, e estavam na faculdade. No entanto, difere dos que haviam concluído a faculdade de acordo com o cálculo estatístico ($\chi^2= 6,46$; $p= 0,01$).

O planejamento entre os respondentes que estavam na faculdade diferem daqueles que já haviam concluído o ensino superior ($\chi^2= 13,92$; $p=0,00$). Da mesma forma, diferem dos que não haviam estudado ($\chi^2=6,78$; $p=0,02$).

A hipótese que previa um melhor planejamento quanto maior a escolaridade se confirma. Contudo, as informações sugerem que a influência das questões etárias, impactam mais no nível de planejamento.

Os dados analisados, podem estar apontando que a escolaridade, ou educação formal, não é um fator que possa ser compreendido de modo homogêneo, ou seja, precisaria ser analisada de modo mais integrado com outros fatores além da educação formal, o que a pesquisa não possibilitou. A complexidade da amostra estudada, diversos locais, regiões com diversidade de urbanização e além disso, representando uma população de grande diversidade etária- pode estar apontando também para uma

grande heterogeneidade de processos e projetos educativos. As informações sugerem que a escolaridade em geral tem impacto em melhor ou pior planejamento familiar. Isso se aplica tanto para a gravidez do primeiro como do último filho, visto que os dados apontam para a mesma tendência não foram necessários explicitá-los em tabelas.

Tabela 8-Tabulação cruzada: Escolaridade na gravidez do primeiro filho * Planejou a gravidez do seu primeiro filho

Escolaridade na gravidez do primeiro filho		Planejou a gravidez do seu primeiro filho						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
Não havia estudado	Contagem	6	0	0	2	3	0	11
	%	54,5%	0,0%	0,0%	18,2%	27,3%	0,0%	100,0%
Estava nas séries iniciais	Contagem	6	3	3	4	4	2	22
	%	27,3%	13,6%	13,6%	18,2%	18,2%	9,1%	100,0%
Havia concluído a 4ª. Série	Contagem	22	2	6	4	23	4	61
	%	36,1%	3,3%	9,8%	6,6%	37,7%	6,6%	100,0%
Estava entre a 5ª e 8ª. série	Contagem	69	12	12	13	43	0	149
	%	46,3%	8,1%	8,1%	8,7%	28,9%	0,0%	100,0%
Estava no Ensino Médio	Contagem	84	16	8	14	68	1	191
	%	44,0%	8,4%	4,2%	7,3%	35,6%	0,5%	100,0%
Havia concluído o EM.	Contagem	58	8	6	8	85	0	165
	%	35,2%	4,8%	3,6%	4,8%	51,5%	0,0%	100,0%
Estava na Faculdade	Contagem	38	4	5	7	35	0	89
	%	42,7%	4,5%	5,6%	7,9%	39,3%	0,0%	100,0%
Já havia concluído a Faculdade	Contagem	35	6	12	10	99	1	163
	%	21,5%	3,7%	7,4%	6,1%	60,7%	0,6%	100,0%
NR	Contagem	4	1	0	1	5	1	12
	%	33,3%	8,3%	0,0%	8,3%	41,7%	8,3%	100,0%
Total	Contagem	322	52	52	63	365	9	863
	%	37,3%	6,0%	6,0%	7,3%	42,3%	1,0%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade 2016

3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA: EDUCAÇÃO FORMAL E PLANEJAMENTO FAMILIAR

A educação na sociedade brasileira passa por transformações. Nas escolas os educadores têm dificuldades em compreender as novas gerações, dentro dos lares as famílias delegam sua função de educar para as escolas. É neste contexto que se situa a tarefa dos educadores de transmitir aos jovens noções sobre sexualidade, que outrora era tarefa exclusiva da família. A sociedade espera que os professores tenham habilidades em diversas áreas do saber, mesmo em assuntos que não fazem parte de suas prerrogativas ou formação, como religião, sexualidade e ética.

Na discussão dos dados acima verificou-se que a educação formal não representa uma melhora no nível do planejamento da gravidez. Os dados podem estar apontando que a ausência de educação sexual nas escolas brasileiras, tem como consequência uma percepção baixa por parte das pessoas, da importância do planejamento familiar. Entre os jovens esta falta de planejamento pode ser obstáculo para sua permanência na escola, principalmente para as meninas.

A falta de uma educação sexual que atenda aos anseios dos jovens por informação, e a atitude reprovadora em relação à eles, é a primeira barreira a ser ultrapassada, por parte dos educadores.

Para atingir o objetivo de transmitir uma educação/orientação sexual de qualidade é necessário entender que os jovens e adolescentes, querem experimentar todas as sensações mesmo não estando preparados para elas. Os jovens do século XXI se comunicam e interagem com os adultos e com a sociedade de forma diferente daqueles do passado. Com as novas tecnologias da informação, e a desenvoltura que demonstram em lidar com elas, por si só, já lhes garante mais informação a respeito de qualquer assunto, do que os jovens do passado teriam acesso.

Eles são muitas vezes acusados de se fechar no egoísmo, e de apresentarem comportamento permissivos. No entanto, possuem senso crítico aguçado, pois condenam os métodos de ensino que não os prepara para a vida real. Criticam e recusam o modelo de família estável, discordam da política e do modelo econômico, que para eles perpetuam a desigualdade social e a pobreza. Diante desta atitude contestadora, é sempre com olhar reprovador que o jovem é interpelado. Como se pais e educadores dissessem:

Eles querem recomeçar tudo, rejeitam toda autoridade, destroem as instituições e os valores morais do passado. Aparecem como os novos bárbaros dos tempos modernos, arruinam a civilização e as estruturas criadas após séculos de esforços comuns. Em uma palavra, a nova mentalidade libertária dos jovens seria uma das principais causas do desmoronamento das instituições que mais nos são caras e sobre as quais até aqui se assentava a ordem cívica e religiosa (CARRIER, 1994, 20).

Ao dizer que esta é uma juventude sem compromisso, que se envolve com drogas e com a delinquência, e com a promiscuidade sexual, alguns críticos enfatizam que esta posição “revela uma nostalgia inconsciente de uma época em vias de

desaparecer e a secreta esperança de voltar às seguranças culturais e às instituições estáveis do passado” (CARRIER, 1994, p.21).

Os jovens estão à frente das crises profundas que forçam as estruturas sociais a mudarem, e são o projeto do futuro a ser construído. Eles estão sempre abertos a mudanças, e a novas experiências, e não temem se arriscar. Os movimentos ocorridos na década de 1960, do século XX, ilustra muito bem, a importância de não se perder tempo com saudosismo, quando o assunto é juventude e sua capacidade de provocar mudanças. A título de ilustração os movimentos estudantis de Maio de 1968. Que foram classificados como:

Movimentos sociais na verdadeira acepção da palavra. Em Paris, na França, por exemplo, estudantes, aos milhares, saíram às ruas enfrentando a polícia na noite de barricadas entre 10 e 11 de maio de 1968. Reivindicavam um mundo novo, livre dos controles morais, das restrições sexuais, da ordem econômica e social vigente. O lema da época era “é proibido proibir”. Aos estudantes juntaram-se mais de cem mil operários que transformaram o movimento em greve geral na França (BOARINI, 2004, p.181).

O fato histórico acima citado serve apenas como exemplo da capacidade que os jovens tem de provocar mudanças. Mas não significa que só eles puderam ou causaram mudanças comportamentais na sociedade. As mudanças ocorrem devido a um conjunto de fatores, só que não devemos negar de forma alguma a contribuição dos jovens.

A compreensão é um dos caminhos para o diálogo com esta juventude, diferente, mas ao mesmo tempo carente de orientações:

Em vez de acusar os jovens, procuremos compreendê-los e nos compreender a nós mesmos, em nossas responsabilidades comuns e específicas, diante do futuro a reconstruir. Evitemos a busca ilusória do “culpado”, que muitas vezes nos faz esquivar das verdadeiras causas de nossas infelicidades. Os jovens são o reflexo de nossa sociedade e o espelho de nossa cultura. Suas angústias, como suas aspirações, não são estranhas às nossas, pois eles vivem numa crise que vem de nós (CARRIER, 1994, p.22).

A compreensão sugerida não significa cegueira diante dos problemas e das aflições dos jovens. Eles tem dificuldade em confiar nas gerações anteriores, são muitas vezes vítimas de famílias desfeitas, do descaso do Estado em relação as suas necessidades básicas como: escolas, emprego, saúde e lazer.

O jovens pensam e falam diferente, daí a necessidade de que pelo menos os responsáveis por sua educação se façam ouvir por eles, e procurem todas as formas possíveis de entendê-los. E não se deixem enganar, pela quantidade, e duvidem sempre da qualidade das informações disponíveis a respeito de sexo e sexualidade, que eles tem acesso. Devido ao grande número de:

Revistas, jornais, e tantas outras publicações que sobrevivem às custas do nu feminino, do nu masculino, da pornografia; o rol de filmes de caráter erótico na TV aberta, isto sem contar os programas que sutilmente (ou não) estimulam o erotismo, deixam-nos a impressão que aos jovens tudo é facilitado e permitido e, nestes termos, nada desconhecem sobre sexualidade (BOARINI,2004, p.185).

As mudanças causadas pela mídia moderna, internet e celulares, são em grande parte responsáveis pela crise de diálogo entre as gerações. As formas de propagar o conhecimento e a informação é tão rápida que as vezes deixa as gerações passadas com a sensação de desamparo intelectual.

Não se sabe ainda qual será o efeito de tanta informação sobre os jovens, crianças e adolescentes. Carrier salienta (1994, p.29) “hoje estamos diante das primeiras gerações mergulhadas, desde a mais tenra idade, no universo da televisão, e submetidas ao impacto constante da mídia”. Nos últimos 20 anos os jovens tem convivido também com a facilidade de obter informações proporcionada pela internet. Este contato diário com as mídias sociais e afins, são considerados por muitos educadores como excessivo. As informações nem sempre possuem fontes confiáveis, e muitas vezes geram angustia em pais e professores. O acesso a todo tipo de informação, modificam a forma dessa geração midiática se relacionarem entre si, com a família e educadores.

A mídia concorre com os outros agentes educativos na educação dos jovens e adolescentes. Em meio aos mais variados tipos de informação, e as formas diferentes de se relacionarem proporcionadas pelas redes sociais, causa nos adultos e educadores a sensação de estranhamento em relação aos jovens e adolescentes. Mas a representação dos jovens e adolescentes como sendo de difícil trato, diferentes e problemáticos, tem mais a ver, segundo Silva e Soares (2013, p.84) “aos efeitos da mídia sobre eles”.

E por este motivo, a cultura dos jovens, e seu modo de se comportar e de se relacionarem entre si, geralmente não são bem vindas nas escolas. As dificuldades de comunicação e de relacionamento com o mundo juvenil, ocorrem devido ao desconhecimento e a resistência em relação ao mundo dele.

3.2.1 Finalidade da Educação Sexual

Do educador espera-se que tenha o perfil de renovador para atingir as novas gerações, pois só assim de acordo com Carrier (1994, p.31) “ele muda a si mesmo, para mudar os jovens conforme suas virtualidades, a fim de mudarem juntos a sociedade humana do futuro”. Portanto, somente a renovação poderá mudar o papel que os educadores ocupam na sociedade, e assim redefinir as finalidades da educação.

A simples reprodução das culturas dominantes, ou os benefícios econômicos que a educação pode proporcionar para a vida, ou ainda o simples intelectualismo, são formas de como a educação é ainda vista por muitos. Este modo de se relacionar com as finalidades da educação carece de ser modificado, sob pena da sociedade estar repetindo modelos falidos. “Educar para a liberdade, formação humana integral, desenvolver ao mesmo tempo a inteligência e o discernimento”, são de acordo com Carrier (1994, p.33) alguns itens que deverão fazer parte da prática docente.

Os jovens do século XXI, desde a mais tenra idade são difíceis de controlar, essa é uma reclamação frequente. Mas Louro (2014, p.141) alerta para “os saberes que a escola pretende fixar ou os saberes que a escola pretende ocultar podem e são contestados, desafiados e subvertidos” pelos jovens. Dessa forma, a educação sexual, e a educação de um modo geral oferecida aos jovens e adolescentes, que tenha a pretensão de moldar comportamentos, nas escolas, e dentro do contexto familiar, corre o risco de apresentar respostas as perguntas que não foram formuladas por eles, e torna-se inócua, e sem expressão, e daí resultar somente a rebeldia e a contestação.

Neste contexto é necessário que a educação sexual liberte o jovem das angústias de uma sexualidade frustrada. No entanto, os aspectos positivos da sexualidade, conforme é ensinado, ainda passa pela estabilização institucional, na constituição da família, na fidelidade perpétua, e na procriação (BERNARDI, 1985,

p.18). Nesse discurso o desejo e suas mais variadas formas são relegados ao esquecimento. O reconhecimento das influências do desejo sexual no comportamento dos jovens por parte dos educadores, poderá liberá-los dessas angústias e frustrações.

Vale ressaltar o papel da ilusão no discurso sobre sexualidade, onde o desejo ainda é visto como depravação:

Ceder ao desejo, ou à chamada paixão, é coisa tida como torpe e bestial. Os limites do discurso sobre a sexualidade foram alargados, mas apenas em uma dimensão ilusória. Sua rigidez não foi qualitativamente alterada. Lá onde consente-se o desejo, começa a imoralidade e a depravação (BERNARDI, 1985, p.18).

O discurso mais ouvido pelos jovens sobre sexo, é o cuidado que ele deve ter com a saúde. Louro (2014, p. 144) questiona “se o cuidado com a manutenção da saúde não está sendo feito de modo a rodear o exercício da sexualidade de uma aura de perigo e de doença”. Que os jovens carecem de esclarecimentos sobre infecções sexualmente transmissíveis, não é posto em dúvida. O que a autora almeja é chamar atenção para a necessidade de uma mudança na abordagem.

3.2.2 Sexualidade e as Orientações dos PCNS

Entre 1997/99 o governo federal brasileiro tomou a iniciativa de incluir a sexualidade na perspectiva do gênero como tema a ser discutido nas escolas. A proposta é de discutir em sala de aula temas considerados relevantes para a sociedade como conteúdos escolares. Entre os temas sugeridos constam: ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, trabalho, consumo, e educação em sexualidade.

O discurso adotado na proposta está voltado para à prevenção de doenças, mas abre para a discussão da sexualidade numa perspectiva de gênero, no âmbito escolar. Os temas devem ser incorporados de forma transversal nos currículos. Esta transversalidade sugerida pode acontecer mediante programação dos conteúdos, ou sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. Os conteúdos foram organizados em três blocos: Corpo e matriz da sexualidade; Relações de gênero; Prevenção das doenças ISTS/HIV/AIDS (BRASIL, PCNS, 2000b).

De acordo com as orientações dos (PCNS), não se deve criar novas disciplinas para discutir as temáticas previstas como temas transversais, mas sim incorporá-las nas discussões em todos os campos do conhecimento.

O texto possui falhas em suas orientações, de acordo com a interpretação de Altmann (2001, p.580) pois ele sugere que os conteúdos trabalhados com os alunos, devam “favorecer a compreensão de que o ato sexual e intimidades similares são manifestações pertinentes à sexualidade de jovens e adultos e não de crianças”. Para a autora o texto na forma como foi proposto possui uma tendência normativa da sexualidade.

Outro fato chama a atenção, o texto ressalta que a experimentação erótica, a curiosidade e o desejo é visto como comum se ocorrer a dois. Neste caso a masturbação, e as outras formas de manifestação da sexualidade não são contempladas de forma clara pelo PCNS (ALTMANN, 2001, p. 580).

Em relação as doenças HIV/AIDS/ISTS a abordagem do PCNS, se dá na ênfase da prevenção. Sua orientação sexual tem como objetivo desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos, ligando-o ao prazer e a vida. Para Altmann (2001, p.580) “o texto se mostra contraditório pois ele liga vida e prazer onde o tema é doença e morte”.

A abordagem da educação sexual conforme orientação dos PCNS deve ser feita por meio do diálogo entre as diversas disciplinas, promovendo assim a transdisciplinariedade. No entanto, por diversos fatores, entre eles, a fragmentação da formação dos professores, impede que esse trabalho se realize de forma proveitosa. Conforme Quirino (2014, p.31) “o trabalho de educação sexual implementado pelos professores no espaço escolar ainda é pontual e não se efetivou de forma transversal”.

Por isso, talvez os motivos que levaram o governo a pensar e levar a educação sexual para sala de aula, ainda não surtiram os efeitos desejados, entre eles a diminuição da gravidez precoce, que continua sendo um dos fatores que afastam as jovens da escola.

O governo lançou os PCNS, para estimular o debate sobre a gravidez adolescente e também pelos altos índices de HIV/AIDS, na década de 1980. Os objetivos eram:

Promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica no desenvolvimento dos alunos, levando em conta os princípios morais de cada um dos envolvidos e respeitando, também os Direitos Humanos (BRASIL, 2014).

Por meio dos motivos elencados acima, justifica-se na concepção do Estado, levar a educação sexual para as salas de aula, pois ela contribui para a prevenção de problemas graves, entre eles a gravidez adolescentes.

3.2.3 Educação Sexual e Ambiente Escolar

A escola mesmo sendo considerada um ambiente hostil à sexualidade, se constitui um importante agente de vivência da sexualidade. Isto, pode ser observado nas atitudes dos alunos no convívio escolar, e nas brincadeiras, tudo transpira sexualidade. Portanto, é impossível mantê-la fora do ambiente escolar (SAYÃO, 1997, p113).

O trabalho de educação sexual realizado nas escolas necessita ter uma abordagem diferente daquela realizada no âmbito familiar. Os pais exercem de forma legítima seu papel de transmitir seus valores aos filhos, cabe à escola ampliar esse conhecimento, proporcionando condições favoráveis para que o aluno possa refletir e opinar sobre o que lhe é apresentado. Só por meio da reflexão o aluno poderá encontrar um ponto de referência, que possibilitará o desenvolvimento de atitudes coerentes com os valores que ele próprio poderá eleger como seus (SAYÃO, 1997, p.113).

Determinados seguimentos da sociedade acreditam, contudo, que falar sobre sexualidade e sexo com os jovens e adolescentes, induziriam eles a prática do sexo. A educação sexual nas escolas, e os argumentos daqueles que são favoráveis a ela, não foram amplamente debatidos com a sociedade. A desinformação e a fragilidade da educação sexual é uma questão que ainda precisa ser melhor elaborada. Os professores estão mais preocupados em ministrar os conteúdos de suas matérias. Como consequência a realidade da educação sexual fica muitas vezes restrita a projetos individuais.

Ao introduzir a educação sexual nas escolas, por meio dos PCNS, torna evidente o interesse do Estado pela sexualidade da população. Assim sendo,

elaborou-se discursos, estabeleceu-se os responsáveis ou interlocutores, codificou-se os conteúdos, para de alguma forma manter o poder principalmente sobre a sexualidade dos jovens.

As tentativas de controle podem ser percebidas conforme são feitas as abordagens sobre sexualidade, ela trata sempre de uma relação heterossexual, e não esclarece os jovens sobre as possibilidades de outras manifestações de sexualidade.

Ignorar as outras formas da sexualidade não contribui para eficácia da educação sexual para os adolescentes e jovens. Altmann (2007, p.354) ressalta que “sem o reconhecimento social das diversas formas dos jovens se relacionarem, a transmissão de informações pode ter um impacto limitado nas suas vidas”, levando-se em conta que eles só se apropriam das informações que façam sentido dentro da sua realidade.

Vale ressaltar que o aprendizado e a reflexão sobre a sexualidade é também necessário para os profissionais de saúde, que não estão diretamente ligados a educação dos jovens, mas são procurados em determinados momentos para transmitir noções de cuidados com a saúde sexual.

O programa educacional adotado em vinte escolas de Minas Gerais, indica que quando a educação sexual é proposta de forma continuada, e com a participação ativa dos alunos, ela consegue modificar os comportamentos sexuais de jovens e adolescentes. Com duração de um ano letivo, o Programa de Educação Afetivo-Sexual, propôs atividade para 4.795 alunos, com debates de temas relacionados ao comportamento sexual responsável. Este programa de acordo com os pesquisadores, gerou mudanças significativas no comportamento sexual dos alunos. Eles observaram ainda, que ao falar com os alunos sobre sexualidade e sexo periodicamente, não estimulou e nem retardou o início da primeira relação sexual (HUGO, et al.; nº.11, 2011).

Os professores consideram que o ambiente escolar é o local ideal para se falar sobre assuntos relacionados à sexualidade. Mas eles próprios admitem a falta de planejamento pedagógico e de continuidade quando abordam a sexualidade nas salas de aula. Muitas vezes o tema é tratado por meio de palestras, ou por iniciativas pessoais de alguns professores (QUIRINO, 2014, p.82).

Alguns diretores de escolas públicas afirmam que não existe um trabalho nas escolas para tratar sobre sexualidade. Considera-se que deveria haver para o corpo

docente um trabalho de esclarecimento, de orientação sistemática, com a colaboração de especialistas, para terem condições de informar, e lidar com as questões apresentadas pelos alunos e também para terem segurança ao tratarem do tema (ABRAMOVAY; SILVA; CASTRO; 2004 p.104).

Britzman (2001, p.89) afirma que a “sexualidade permite desenvolver nossa capacidade para a curiosidade. Sem ela não haveria qualquer curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender”. O tema sexualidade é tratado nas escolas de forma que não atrai e não estimula a curiosidade dos jovens. Segundo Abramovay, Silva e Castro (2004, p.105) “Os alunos queixam-se de já estarem saturados, de já terem ouvido esse discurso e, assim, a conversa não se configura como terreno fértil para a troca entre gerações”.

Os temas sobre a sexualidade tratados nas escolas, nos meios de comunicação e pelos adultos de modo geral, se distanciam de tal forma de questões que interessam aos jovens, que não contribuem para pedagogias sobre o prazer e para um diálogo agradável. Portanto, é necessário que o professor ou adulto responsável em tratar da sexualidade com jovens e adolescentes, saibam que o discurso adotado pode reforçar mitos e estereótipos. E as cansativas palestras sobre o assunto não surtem o efeito desejado (ABRAMOVAY; SILVA; CASTRO; 2004 p. 105).

A escola age para manter a ordem social vigente, que seria a instituição familiar composta por: pai, mãe e filho. Como consequência, de acordo com Bernardi (1985, p. 28) “a escola suprime todo gesto sexual que não esteja orientado à fundação da família”. Daí a proibição de qualquer comportamento sexual nas escolas, gerando com isso a desqualificação da sexualidade.

O autor argumenta que os jovens são preparados para o “mundo que existe, e que não seria lógico cultivar a ideia de um mundo de jogos, prazeres, fantasias e de invenções (...)” (BERNARDI, 1985, p. 28), mundo este, onde a sexualidade seria vivenciada de forma prazerosa e responsável, se fosse devidamente orientada para a liberdade.

Em sua origem a educação sexual nas escolas visa mais o aspecto biológico, e informativo. Durante muito tempo as tentativas de levar para as salas de aula, orientação e educação sexual esbarraram em forte censura da sociedade e do governo. Mas a simples discussão sobre sexualidade não modifica a realidade dos jovens. A abordagem sobre HIV/AIDS/ISTTS só ressaltam o seu aspecto negativo. E

falar de sexo e sexualidade sob esse viés, empobrece esta rica dimensão histórica do ser humano.

E assim para chamar a atenção dos alunos para a preservação de sua saúde individual e coletiva, a escola retomou o discurso da sexualidade, só que, ainda com viés higienista. A saúde passou a ser entendida como um direito inerente ao exercício da cidadania. Maia (2004, p.154) expõe que “historicamente no Brasil, o conceito de saúde foi inserido nas escolas com o objetivo de capacitar os estudantes a tomarem as decisões certas, isto é, capacitá-los a responderem a um controle social”.

Ainda que os PCNS apresentem propostas educativas e reflexivas, a intenção desta orientação está em alertar os jovens e adolescentes, para os “(...) malefícios da prática sexual” (MAIA, 2004, p.166). Ressaltar que o sexo irresponsável pode trazer danos à saúde, e também resultar em uma gravidez não planejada, seria salutar, se esta orientação fizesse parte de uma ampla discussão sobre sexualidade.

Maia (2004, p.166) diz “lamentar que a prevenção a doenças e a gravidez, orientem as propostas de educação sexual nas escolas”. Porque, neste caso, somente o aspecto genital da sexualidade é levado em consideração. E desse modo, na educação sexual transmitida aos jovens contemporâneos, repete-se a mesma fórmula do século XIX, e anteriores, de incutir o medo, e de tentativas de controle da sexualidade por parte daqueles que exercem o poder, sejam a família ou o Estado.

No ambiente escolar, uma educação sexual adequada, deveria considerar o aspecto cultural e social, cada indivíduo seria visto em suas particularidades, mesmo dentro do coletivo. Deixaria seu caráter de aconselhamento individual, e criaria um ambiente propício para troca de informações, e promoveria a discussão sobre as várias dimensões da sexualidade (MAIA, 2004, p.169).

A forma de se discutir a sexualidade no Ocidente contemporâneo passa por transformações. Mesmo que entre as pessoas essas discussões ocorram sem que se perceba que existe sempre uma educação e deseducação sexual implícita. Mas Melo (2004, p.74) enfatiza que em relação a pedagogia utilizada para educação sexual, “ela continua a ser vista e vivenciada como se fosse assexuada”. E na mesma linha, Maia (2004, p.169) alerta para o desastre que pode ser ocasionado por educadores “(...) despreparados ou incapazes de lidar de modo adequado com sua própria sexualidade, ou se os programas forem inadequados em seus métodos ou conteúdo”.

Em relação a isto, verifica-se que o currículo de formação de professores, não esclarece as questões necessárias e fundamentais, para dar elementos e subsídios nas questões de sexualidade. Como consequência, durante as aulas o professor transmite seu conhecimento particular, sobre sexo e sexualidade, muitas vezes repleto de tabus e preconceitos.

Em meio a discussão sobre orientação sexual, percebe-se a necessidade de se educar o educador. Por meio dos cursos de Pedagogia, torna-se urgente:

Nesse momento histórico, buscar a construção de uma proposta de educação sexual emancipatória, que dê ênfase à reflexão e ao debate sobre os paradigmas de corporeidade subjacentes às várias expressões pedagógicas, no processo de educação sexual sempre existente nas relações sociais. Esta abordagem pode tornar-se um veio temático político-pedagógico fundamental para desalojar certezas, desafiar debates e reflexões (...) (MELO, 2004, p.74).

A abordagem sugerida, proporcionaria ao educador desenvolvimento pessoal, e o muniria de meios para realizar uma educação sexual emancipatória, prazerosa, sem preconceitos (MELO, 2004, p. 74).

Para que isto ocorra, é necessário o desenvolvimento de uma educação sexual que leve a prática de valores e atitudes, que promovam o respeito pela vida, o amor pelo outro, a responsabilidade, a justiça, a solidariedade, a autoestima, a equidade. Estes ainda poderão vir a ser os pilares para uma sexualidade humanizada e responsável.

3.2.4 Gravidez e Evasão Escolar

Quando se faz uma leitura crítica dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), nos seus objetivos e justificativas, percebe-se que faltam orientações aos educadores sobre como agir depois que uma adolescente ou jovem apresentar a gravidez. Quando a pessoa apresenta sinais de estar doente, ou de algum tipo de abuso a escola encaminha para unidade de saúde, ou ao Conselho Tutelar, isto é normal. Mas a jovem grávida não recebe das escolas nenhum tipo de atendimento diferenciado, para que elas não abandonem a escola.

A direção das escolas não precisa informar a Secretaria de Educação sobre os casos de gravidez das alunas. Da mesma forma, as Secretarias não possuem

informação sobre o número de jovens estudantes grávidas, e se o abandono das salas de aula por meninas se deve à gravidez, e também se elas voltam a escola depois de terem seus filhos.

Na matéria publicada pelo portal G1, da Rede Globo, o Ministério da Educação afirmou que “não tem um programa específico que trate desse público (mães e gestantes em idade escolar que desistem dos estudos), mas que desenvolve dois programas de prevenção à gravidez na adolescência e de oferta de creches” (MORENO; GONÇALVES, 31/03/2015). Os programas citados na matéria são os: Escola que Protege e o Pro-infância; programas voltados a construção de creches e pré-escolas em parcerias com as prefeituras.

Outra iniciativa do Ministério da Educação é o projeto: Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) (Decreto Presidencial nº 6286/05/12/2007; Portaria nº1861/04/07/2008) foi lançado em Curitiba em 2003. E visa à construção de políticas públicas integradas, conduzido pelos Ministérios da Saúde, Educação, Unesco e Unicef. Ele é desenvolvido em todos os Estados da federação, com o objetivo de promover ações de prevenção e atenção à saúde.

Sua abordagem prioriza assuntos pertinentes à prevenção de ISTS/HIV/ AIDS, a gravidez na adolescência, e o uso de drogas. E trata também das relações de gêneros e da diversidade sexual no espaço escolar. Sua ação se apoia na formação continuada de profissionais e na produção de materiais didáticos, e também na disponibilização de preservativos nas escolas. Seu foco principal é a redução da vulnerabilidade de adolescentes e jovens às infecções sexualmente transmissíveis e ao HIV/AIDS (BRASIL, 2006).

No âmbito do Ministério da Saúde, foi elaborado o projeto Rede Cegonha, que está presente em 85% dos municípios do país. Seu objetivo é criar uma rede de cuidados, para assegurar as mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério. Ele visa ainda a redução da mortalidade infantil e materna.

Seguindo a mesma linha de orientação dos PCNS, a representação da UNESCO no Brasil elaborou o documento: Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro, e traz algumas propostas de abordagens e princípios do processo de aprendizagem para o exercício da sexualidade.

A intenção deste documento é orientar o desenvolvimento de currículos, que devem ser adaptados de acordo com a realidade de cada localidade:

- Disponibilizar informações precisas sobre tópicos importantes que despertem a curiosidade de crianças, adolescentes e jovens, nomeadamente: crescimento e desenvolvimento, anatomia e fisiologia sexual, reprodução, gravidez e parto, HIV/AIDS/DSTs, vida familiar e relações interpessoais, cultura e sexualidade, comportamento sexual, diversidade sexual, abuso, violência baseada em gênero e práticas de risco e danosas.
- Oferecer a crianças, adolescentes e jovens a oportunidade de explorar valores, atitudes e normas referentes à vivência da sexualidade (como indivíduo, na família, interpares, na comunidade) ao comportamento sexual, à saúde, riscos e tomada de decisão, e aos princípios de respeito, igualdade de gênero, direitos humanos e igualdade.
- Facilitar a aquisição de habilidades importantes sobre comportamento sexual para a tomada de decisões, de autoconfiança, comunicação, negociação, e capacidade de recusa da violência sexual, qualquer que seja.
- Estimular crianças e adolescentes e jovens a assumir responsabilidades por seu comportamento e a respeitar o direito dos outros, assim como estimular a aceitação e a empatia, independente do seu estado de saúde ou orientação sexual (UNESCO,2013, p.12,13).

A representação da UNESCO no Brasil atua junto com entidades, e movimentos da sociedade, para que a educação em sexualidade seja reconhecida como parte dos direitos humanos e dos direitos sexuais e reprodutivos. Contudo, Cerqueira (2011, p. 147-148) destaca que esses projetos possuem uma abordagem metodológica reducionista:

(...) e uma visão pragmatista da sexualidade, com intenção claramente ideológica e política. (...) Outro aspecto metodológico reducionista está em dizer que “não funcionam” as estratégias de prevenção baseadas na ideia de que os problemas de saúde podem ser solucionados a partir de informações adequadas ou da vontade pessoal, porque não retardam a iniciação sexual, não reduzem a gravidez.

Os jovens e adolescentes vivem expostos a vários tipos de riscos. Entre eles, o ético, onde a liberdade se confunde com autonomia irresponsável e permissividade, e a responsabilidade perdeu espaço para os direitos. A qualidade de vida se confunde com consumismo. Assim, para Cerqueira (2011, p.149) “um dos problemas da educação sexual, está em fortalecer a capacidade de enfrentar desafios, para o que é preciso trabalhar na educação da vontade, hoje tão fragilizada”.

Confirma-se, portanto, a necessidade de se discutir a qualidade das informações transmitidas aos jovens e adolescentes sobre sexualidade, que ainda são

permeadas pela tradição patriarcal, herança de muitos séculos onde a gravidez era vista como sendo responsabilidade apenas da mulher.

Como consequência dessa herança quase todas as informações sobre gravidez é voltada para o sexo feminino. Quando se fala em sexualidade, planejamento familiar e parentalidade, a responsabilidade de um personagem é ocultado na maioria dos estudos. As pesquisas demonstram o impacto da gravidez na vida das adolescentes e jovens. Mas poucas tratam da gravidez na perspectiva do homem jovem e adolescente. Repete-se neste caso o que ocorre quando o tema é aborto, ou mesmo mães solteiras adultas. A figura do pai quase sempre não aparece nas pesquisas:

Estudos epidemiológicos serão fundamentais para se esclarecer muitas questões sobre a paternidade adolescente. (...) é fundamental que se compreenda melhor este fenômeno para que se possa implementar políticas de saúde pública tanto de prevenção como de atendimento a estes adolescentes. Com isto se estará protegendo não só novos adolescentes pais e mães, mas sobretudo o bebê que vai nascer, que precisa de muitos cuidados e carinho, para que não venha a repetir o que aconteceu com seus jovens pais (LEVANDOWSKI; PICCININI, 2004, p.59).

Tendo em vista que a gravidez na adolescência além de ocorrer muito cedo na vida da mulher, traz consigo o embaraço para a jovem de não ter seu filho reconhecido pelo pai. Esse fato acarreta vários problemas na vida da jovem mãe e do filho. Ela terá que arcar com os cuidados, as despesas com a educação e a sobrevivência de ambos.

Ainda existe por parte da sociedade uma certa recusa de acordo com Luz e Berni (2010, p.43) “em responsabilizar o homem pela gravidez. Isto pode ser percebido quando se verifica que os dados disponíveis sobre gravidez abordem sempre a maternidade”. Outros autores afirmam que o enfoque sobre gravidez e paternidade são direcionados para os casos ocorridos com adultos. Quando envolve gravidez de adolescente a abordagem é sempre sobre a ótica feminina (PAULINO, PATIAS; DIAS, 2013, p.230).

Para a jovem e adolescente a gravidez traz uma série de mudanças: física, psicológica, social, econômica. Não faltam exemplos de órgãos do governo que tratam deste tema, e mantêm os dados atualizados, (UNICEF-BRASIL, 2015; IBGE, 2002-2012; MEC, 2006,2013,2015), porém, esses dados refletem somente a perspectiva feminina, e também neste caso, os homens são ignorados.

A paternidade adolescente de acordo com Lyra da Fonseca (1997, p.66) “tem sido coberta pelo silêncio, que, timidamente, transforma-se em sussurro”. Este silêncio mostra sua relação nem sempre honesta da sociedade adulta para com o jovem, pois anula socialmente a paternidade. E com isso, a ausência paterna incentivada socialmente, estimula a falta de prevenção por parte dos meninos adolescentes. O silêncio faz com que o bebê, seja visto como sendo somente da mãe. A paternidade quando tratada dessa forma:

É concebida, na maioria das vezes, sob a ótica feminina, reforçando a ideia de que são as mulheres que carregam a gravidez. Quase nunca se pergunta ao homem sobre sua participação, responsabilidade e desejo no processo de reprodução (LYRA DA FONSECA, 1997, p.19).

Para mudar a mentalidade sobre a paternidade, e conseguir a participação masculina, será necessário romper barreiras culturais e ideológicas, que são alimentadas pela sociedade. Historicamente os cuidados dispensados as crianças é obrigação da mulher, o homem é considerado inábil para lidar com elas. Cabe ao homem ainda ser provedor, só que no caso da gravidez adolescente, nem mesmo este papel ele exerce. Entretanto, para Lyra da Fonseca (1997, p.19) se “forem realizadas intervenções intensivas, com informações específicas junto aos adolescentes masculinos, elas poderão auxiliá-los a assumirem as responsabilidades pela paternidade”.

4 INFORMAÇÃO SOBRE SEXUALIDADE E PLANEJAMENTO FAMILIAR

O corpo humano nunca foi tão meticulosamente estudado, explorado, filmado e fotografado, como ocorre na sociedade ocidental contemporânea. Não existe limites, quando o que se deseja é estar em evidência. Na medida em que atraem a atenção da mídia, jornais e revistas, quase tudo é permitido, desde a nudez, até cenas de pornografia. É com esta realidade que a escola, e a família tem que trabalhar e competir, no momento de transmitir informações sobre sexualidade.

Transmitir informações sobre sexualidade de maneira sincera e atraente, constitui-se em desafio. Para que a informação chame a atenção dos jovens, é necessário levar em consideração as suas vivências e emoções, caso contrário eles, não irão se apropriar e internalizá-las como algo relevante. Para Furlani (2013, p.70) o principal papel da informação sobre sexualidade é:

Desestabilizar as 'verdades únicas', os restritos modelos hegemônicos de sexualidade normal, mostrando o jogo de poder e de interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção; e, depois, apresentar as várias possibilidades sexuais presentes no social, na cultura e na política da vida humana, problematizando o modo como são significadas e como produzem seus efeitos sobre a existência das pessoas.

Apesar de ser considerado um ambiente ideal para se falar sobre sexualidade, a escola inibe muitas vezes de forma velada sua manifestação. Os jovens são estimulados a adiar o exercício sexual, com recomendações ambíguas sobre a saúde. No entendimento de Pinto (1997, p.49) a “educação sexual ainda não conseguiu introduzir-se no âmbito escolar de forma generalizada, e hesita ainda mais em assumir um caráter de verdadeira orientação”. Deste modo, a informação sobre sexualidade pode estar ocorrendo em outros espaços, além das escolas, e com maior impacto na questão estudada que é a relação entre educação sexual e planejamento familiar.

4.1 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Neste capítulo buscou-se identificar a relação entre os diversos espaços onde ocorre a informação sobre sexualidade e o planejamento familiar. Trabalhando com a seguinte hipótese: O modo como a pessoa adquire informação sexual influencia no

planejamento familiar. A questão ‘de quem você recebeu mais informações sobre sexualidade’ foi cruzadas com as seguintes perguntas do questionário: Você planejou a gravidez do seu primeiro filho? A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal? Decisão a dois? Os dados também foram cruzados com as questões relacionadas com a gravidez do último filho, com as perguntas: Você planejou a gravidez do seu último filho? A gravidez do seu último filho foi um projeto de casal? Decisão a dois.

Quanto a informação sobre sexualidade a Tabela 9 mostra que apenas 5,2% das pessoas que responderam à pesquisa – realizada com agentes de pastoral da Igreja – afirmaram terem recebido algum tipo de informação sobre sexo ou sexualidade de religiosos. Os amigos foram os mais procurados para dar informação sobre sexualidade, 31,2%. A família mesmo com toda a dificuldade que o tema é muitas vezes abordados pelos pais, representa a segunda opção com 22,6%. A escola foi mencionada por 18,7%; os serviços de saúde 7,5%; e a internet e outros 13,9%.

Tabela 9- Recebeu mais informações sobre sexualidade

	Frequência	Porcentagem
Amigos	269	31,2
Familiares	195	22,6
Escola	161	18,7
Religiosos	45	5,2
Profissionais de saúde	65	7,5
Internet	8	,9
Outros	98	11,4
NR	22	2,5
Total	863	100,0

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

A tabela 10 apresenta os dados cruzados entre a informação sobre sexualidade e o planejamento familiar na gravidez do primeiro filho. Dos que receberam informação sobre sexualidade por meio dos amigos, 34,6% atribuiu nota 4, para o grau de planejamento do primeiro filho, mas para 45% deles essas informações não impactaram no planejamento e atribuíram nota zero.

As 195 pessoas que responderam terem recebido informação no âmbito familiar na tabela 9 é relativamente baixo, a porcentagem é de 22,6%. Porém, ao

cruzar os dados na tabela 10, eles sugerem, que embora sendo uma percentagem pequena, as informações dos familiares tiveram maior impacto no momento de planejar a gravidez do primeiro filho, pois 54,9% atribuiu nota 4. A pesquisa, portanto, indica que aqueles que receberam informação da família, sobre sexualidade, foram mais influenciados e o nível de planejamento se mostrou maior, em contrapartida, os que receberam informações de amigos, atribuíram menor índice no mesmo quesito.

Na tabela 9 apenas 45 pessoas afirmaram terem recebido informação sobre sexualidade de agentes pastorais ou religiosos da Igreja Católica, resultando numa baixa percentagem de 5,2%. Com o cruzamento os dados, percebe-se que entre estas pessoas 37,8% atribuíram nota máxima (4), para a influência das informações recebidas no planejamento do primeiro filho.

A análise dos dados sugerem que a informação sobre sexualidade é importante e tem relação com o planejamento da gravidez do primeiro filho. Mas de acordo com os cálculos estatísticos ($P= 0,25$; $p= 0,18$) não existe correlação entre a fonte de onde se recebe a informação, com melhor planejamento da gravidez do primeiro filho. Neste caso a hipótese apresentada: o modo como a pessoa adquire informação sexual influencia no planejamento familiar, não se confirma.

Tabela 10- Tabulação cruzada: Recebeu mais informações sobre sexualidade * Planejou a gravidez do seu primeiro filho

Recebeu mais informações sobre sexualidade		Planejou a gravidez do seu primeiro filho						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
De amigos	Contagem	121	16	16	21	93	2	269
	%	45,0%	5,9%	5,9%	7,8%	34,6%	0,7%	100,0%
De familiares	Contagem	48	12	9	16	107	3	195
	%	24,6%	6,2%	4,6%	8,2%	54,9%	1,5%	100,0%
Da escola	Contagem	64	9	8	9	71	0	161
	%	39,8%	5,6%	5,0%	5,6%	44,1%	0,0%	100,0%
De religiosos	Contagem	15	1	8	4	17	0	45
	%	33,3%	2,2%	17,8%	8,9%	37,8%	0,0%	100,0%
De profissionais de saúde	Contagem	22	4	4	2	32	1	65
	%	33,8%	6,2%	6,2%	3,1%	49,2%	1,5%	100,0%
Internet	Contagem	2	1	0	1	4	0	8
	%	25,0%	12,5%	0,0%	12,5%	50,0%	0,0%	100,0%
Outros	Contagem	45	6	5	8	34	0	98
	%	45,9%	6,1%	5,1%	8,2%	34,7%	0,0%	100,0%
NR	Contagem	5	3	2	2	7	3	22
	%	22,7%	13,6%	9,1%	9,1%	31,8%	13,6%	100,0%
Total	Contagem	322	52	52	63	365	9	863
	%	37,3%	6,0%	6,0%	7,3%	42,3%	1,0%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

O impacto da informação sobre sexualidade no momento de planejar a gravidez do último filho Tabela 11, teve variações significativas. A informação recebida da escola reflete em melhor planejamento familiar (55,9%), aqui se percebe uma influência da educação formal no planejamento familiar, enquanto as informações recebidas na família passam para um segundo plano (53,5%).

Curiosamente, os entrevistados que afirmaram ter recebido maior influência da Igreja no tocante às informações sobre sexualidade, são os que apresentaram o maior índice de 'zero' planejamento familiar na gravidez do último filho.

Tabela 11-Tabulação cruzada: Recebeu mais informações sobre sexualidade * Planejou a gravidez do seu último filho

Recebeu mais informações sobre sexualidade		Planejou a gravidez do seu último filho						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
De amigos	Contagem	76	8	9	18	86	4	201
	%	37,8%	4,0%	4,5%	9,0%	42,8%	2,0%	100,0%
De familiares	Contagem	32	8	7	8	69	5	129
	%	24,8%	6,2%	5,4%	6,2%	53,5%	3,9%	100,0%
Da escola	Contagem	33	1	9	3	62	3	111
	%	29,7%	0,9%	8,1%	2,7%	55,9%	2,7%	100,0%
De religiosos	Contagem	13	1	2	2	11	0	29
	%	44,8%	3,4%	6,9%	6,9%	37,9%	0,0%	100,0%
De profissionais de saúde	Contagem	19	2	3	1	21	1	47
	%	40,4%	4,3%	6,4%	2,1%	44,7%	2,1%	100,0%
Internet	Contagem	0	1	0	0	5	0	6
	%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	83,3%	0,0%	100,0%
Outros	Contagem	18	2	3	6	45	1	75
	%	24,0%	2,7%	4,0%	8,0%	60,0%	1,3%	100,0%
NR	Contagem	6	1	2	0	7	0	16
	%	37,5%	6,3%	12,5%	0,0%	43,8%	0,0%	100,0%
Total	Contagem	197	24	35	38	306	14	614
	%	32,1%	3,9%	5,7%	6,2%	49,8%	2,3%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

De acordo com os resultados da Tabela 12 verifica-se um alto índice de respostas no tocante à gravidez ser um projeto de ambos os parceiros. Na tabela percebe-se também que a informação dos familiares (66,2%) teve maior peso no momento de tornar a gravidez do primeiro filho um projeto do casal. As informações recebidas dos agentes de saúde vieram em segundo lugar (58,5%) e da escola em terceiro (57,8%). Os dados apontam que as pessoas que receberam mais informação sobre sexualidade dos amigos foram também as que apresentaram menor índice (47,8%) de planejamento familiar como projeto conjunto.

Nas Tabelas 11 e 12 apesar das informações sugerirem que a fonte de onde a pessoa recebe informação sobre sexualidade, possa influenciar para que a gravidez do primeiro filho seja um projeto do casal, os cálculos estatísticos não confirmam. Isto é, não tem correlação entre a gravidez ser projeto do casal, com o modo como se adquire informação ($P=0,045$; $p= 0,26$). Como os dados para o último filho são idênticos, não há necessidade de apresentá-los na tabela.

Tabela 12-Tabulação cruzada: Recebeu mais informações sobre sexualidade * A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal

Recebeu mais informações sobre sexualidade		A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
De amigos	Contagem	106	11	8	12	128	3	268
	%	39,6%	4,1%	3,0%	4,5%	47,8%	1,1%	100,0%
De familiares	Contagem	42	8	8	7	129	1	195
	%	21,5%	4,1%	4,1%	3,6%	66,2%	0,5%	100,0%
Da escola	Contagem	46	4	14	3	93	1	161
	%	28,6%	2,5%	8,7%	1,9%	57,8%	0,6%	100,0%
De religiosos	Contagem	12	0	6	2	25	0	45
	%	26,7%	0,0%	13,3%	4,4%	55,6%	0,0%	100,0%
De profissionais de saúde	Contagem	19	2	4	1	38	1	65
	%	29,2%	3,1%	6,2%	1,5%	58,5%	1,5%	100,0%
Internet	Contagem	2	1	1	0	4	0	8
	%	25,0%	12,5%	12,5%	0,0%	50,0%	0,0%	100,0%
Outros	Contagem	35	6	4	3	47	3	98
	%	35,7%	6,1%	4,1%	3,1%	48,0%	3,1%	100,0%
NR	Contagem	6	0	2	1	9	4	22
	%	27,3%	0,0%	9,1%	4,5%	40,9%	18,2%	100,0%
Total	Contagem	268	32	47	29	473	13	862
	%	31,1%	3,7%	5,5%	3,4%	54,9%	1,5%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

4.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA: INFORMAÇÃO SOBRE SEXUALIDADE E PLANEJAMENTO FAMILIAR

Existe dificuldade em decidir qual o termo ideal a ser usado no que se refere a educação ou orientação sexual, o mesmo ocorre com os temas relacionados com a sexualidade. O sexo esteve relegado a área do privado durante um longo período, somente a partir do século XX ele se tornou objeto de pesquisa. O que ocorre na vida sexual do indivíduo passou a ser investigado, os dados tabulados e relatórios divulgados, com o objetivo de tornar a sexualidade cientificamente conhecida.

Os corpos passaram a ser corrigidos e modelados pelas mais variadas instâncias, a mídia e as propagandas tratam o indivíduo como objeto de consumo, e assim ditam o peso, a aparência, e o seu cheiro ideal. E mesmo as questões que envolvem as relações e diferenças de gênero tornaram-se alvo de atenção e são divulgadas pelos meios de comunicação (PORTER; MIKULÁS, 1998, p.16).

Verifica-se que as normas de controle da sexualidade passam por mudanças, e proporcionam a valorização da sexualidade por si mesma, separando-a dos aspectos reprodutivos, e o seu espaço ampliou-se para fora do matrimônio (RIBEIRO, L. 2001, p.23). A sociedade contemporânea adquiriu assim, a capacidade de interferir no processo reprodutivo para regular a fecundidade.

Outros fatores considerados positivo é que a sexualidade masculina deixou de ser a única reconhecida, a mulher tornou-se sexualmente livre e ativa. E as significativas mudanças em relação a sexualidade influenciou a reprodução humana, hoje as pessoas podem controlar sua fecundidade, e assim o fator biológico deixou de ser uma imposição.

Apesar de todas as mudanças relatadas, a sociedade ainda se surpreende diante das mudanças sobre a temática da sexualidade. Antes questionava-se o rigor moralista de como o tema era tratado, agora a permissividade em relação a ele é vista como algo danoso a própria sociedade. Segundo Masiá Clavel (2007, p.92) “as ambiguidades da sexualidade humana manifestam a vulnerabilidade humana”. O autor salienta que a característica da sexualidade humana encontra-se na “dupla possibilidade de se tornar cada vez mais humana ou de se desumanizar”, colocando-se bem abaixo dos animais (MASIÁ CLAVEL, 2007, p.92).

Percebe-se em relação a temática da sexualidade a crescente intervenção de vários grupos feministas. De acordo com Louro (2014, p. 135) a sua interferência é visível na formulação de políticas curriculares “eles procuram introduzir nas propostas de educação a dimensão do prazer, geralmente ignorada nas concepções tradicionais”. Essa interferências muitas vezes são barradas tanto por questões políticas, quanto religiosas. O que traz à tona o moralismo que ainda permeia as questões sexuais.

As políticas curriculares estão sendo elaboradas segundo Weeks (1993, p.64) “não por uma esquerda libertária, mas por uma direita moral”, e isso ocorre como

tentativa de regular e orientar a sexualidade dos jovens e adolescentes dentro de um padrão considerado saudável (LOURO, 2014, p.134).

Em meio as discussões sobre a sexualidade, é interessante observar que existem poucas informações sobre as formas como as escolas brasileiras conduzem as discussões e as atividades ligadas a ela. Em regra o ideal é não se comprometer, por isso, como refúgio se apela as ciências médicas e biológicas, reforçando sempre o aspecto higienista e o perigo em relação ao sexo.

Nas relações humanas a palavra educar abrange uma série de contribuições, orientações e trocas de experiências. Essas relações envolvem a família, a escola, os amigos e toda uma rede de informação social que está à disposição dos jovens e adolescente. Freire (2014, p.38) explica que uma das “características desta relação é a capacidade que o ser humano tem de refletir sobre este mesmo ato”. A realidade assim passa a fazer parte do seu conhecimento. O educador, seja professor ou outra pessoa que desempenhe este papel, deve estimular a “consciência reflexiva”, do educando (FREIRE,2014, p.38).

Ao estimular a capacidade reflexiva do jovem, o educador dá a ele subsídios para mudar a sua realidade, para não se adaptar a ela. “O homem não é, pois um homem para adaptação. A educação não é um processo de adaptação do indivíduo a sociedade” (FREIRE, 2014, p.38).

4.2.1 Educação Sexual na Família

Os agentes pastorais, religiosos e sacerdotes, além de pais e educadores, de acordo com Kosnik (1982, p. 209) “deveriam estar conscientes de sua responsabilidade moral de levar a sério as recomendações repetidas do magistério oficial da Igreja de cuidar da educação e de transmitir informação sexual adequada, com uma atitude positiva de orientação”.

O Magistério da Igreja Católica no documento Sexualidade Humana (n.5) afirma que os “pais têm o dever e o direito de serem os primeiros e os principais educadores dos seus filhos”. Pensando nas dificuldades encontradas por eles, o Conselho Pontifício para a Família, propôs um guia para orientar na educação sexual. O guia tem como princípio “respeitar as conquistas da ciência, as condições socioculturais da família e a proposta dos valores evangélicos que conservam para

cada idade o viço original e a possibilidade de encarnação concreta” (SH, n.2). E salienta que a sexualidade também expressa o amor Deus.

A Igreja Católica defende que a educação sexual dispensada aos filhos pelos pais pode ser auxiliada por educadores. Mas que não deve nunca ser substituída, a não ser por graves impedimentos físicos e morais (SH, n.23).

A educação sexual pode ser entendida como um processo de socialização, e desta forma, ela está presente no ambiente familiar, escolar, entre amigos, na mídia, nas igrejas, e onde houver espaços para socialização. Mas mesmo com o desenvolvimento e as transformações observadas na sociedade em relação a sexualidade, o discurso sobre sexo ainda prioriza o aspecto biologizante.

Os jovens contemporâneos tendem a questionar a adaptação ao meio social e a tradição imposta pela família e educadores. Ocasionalmente com isso conflitos entre gerações. Eles estão mais atentos com as mudanças que ocorrem no mundo, o acesso a outras culturas, está disponível ao toque de uma tecla. Então, tentar moldá-los ou adaptá-los ao que quer seja hoje, tornou-se uma tarefa quase impossível. Sabendo-se que na estrutura familiar:

A família tende a imprimir na personalidade dos subordinados uma determinada estrutura psíquica, aprovada pela sociedade, e para isto vale-se de meios sugeridos pela própria sociedade. O mais relevante desses meios é o culto à tradição. Tudo aquilo que decentemente se pode salvar do passado é imposto à criança como guia, como norma, como modelo, até que dentro dela, se finalize a construção de um esquema psíquico em tudo igual àquele dos seus predecessores (BERNARDI, 1985, p.25).

A educação que o jovem e adolescente recebe da família, vem permeada por emoções e costumes específicos de cada grupo familiar. É no seio da família onde se transmite os valores éticos e morais, como também uma série de tabus relacionados à afetividade humana.

No Documento *Amoris Laetitia* (n.32) o Papa Francisco faz um alerta, “Nem a sociedade em que vivemos nem aquela para onde caminhamos permitem a sobrevivência indiscriminada de formas e modelos do passado”. E admite que a Igreja está “consciente da direção que vão tomando as mudanças antropológico-culturais, em razão das quais os indivíduos são menos apoiados do que no passado pelas estruturas sociais na sua vida afetiva e familiar” (AL, n.32).

Na maioria dos casos o modelo de educação e criação familiar é transmitido de forma inconsciente, com repetição da forma como os pais foram criados, eles educam os filhos dentro daquilo que eles acham que é certo ou errado. Assim, a educação familiar contribui para a diversidade da sociedade, com as suas várias opções religiosas, na sua maneira particular de entender o mundo, e de transmitir o conhecimento adquirido, enfim com o jeito próprio de ser de cada grupo familiar.

No entanto, o diálogo sobre iniciação sexual e sexualidade dentro das famílias muitas vezes mostra-se difícil, devido à falta de informações dos pais, e em certos casos eles se sentem inibidos para abordar este assunto com seus filhos. Sabendo que:

O nível de conhecimento sobre temas correlatos à sexualidade pode ser empecilho ao diálogo entre pais e filhos. Ainda que a maioria afirme que têm conhecimento, mais de um terço não têm informações. Alguns pais relatam que não conseguem dialogar com os filhos sobre sexo, visto que eles reagem alegando que já possuem conhecimento prévio sobre o assunto e que não são mais crianças (ABRAMOVAY; SILVA; CASTRO; 2004 p.113 e 114).

Para os filhos a dificuldade em dialogar com os pais se deve ao choque de gerações que geralmente acontece na hora da conversa sobre sexo. Os pais geralmente apelam para punição e castigos, ou faz de conta que seus filhos são ainda muito jovens e não estão interessados em sexo. Nesta linha a Exortação *Amoris Laetitia* (n.281), ressalta que “devemos aceitar a necessidade duma linguagem nova e mais adequada que se apresenta especialmente no momento de introduzir as crianças e os adolescentes no tema da sexualidade”.

O documento *Amoris Laetitia* (n.282) aconselha a cuidar em preservar um pudor são, mesmo sendo considerado por muitos um termo atrasado. Com a existência do pudor, o jovem e adolescente é incentivado a resguardar a sua interioridade, e evita assim, ser considerado um mero objeto. Sem o pudor, o afeto, a sexualidade pode se transformar em obsessão apenas ao genital, que deformam a capacidade de amar.

Ainda que os pais valorizem a virgindade das filhas, a sociedade ao contrário estimula a iniciação sexual masculina. Deste modo, a linguagem do corpo tanto do homem quanto da mulher “requer uma aprendizagem paciente que permita interpretar e educar os próprios desejos em ordem a uma entrega de verdade (AL, n.284).

Na relação entre pais e filhos há a tendência em não demarcar divisões sexuais.

Mas se percebe que mesmo com essa tendência, que propõe rupturas com a maneira tradicional de constituição de relacionamentos, ainda existe uma diferenciação, principalmente regional, sobre o que é próprio para meninos ou rapaz e o que seria adequado para meninas ou moças, no campo da sexualidade (ABRAMOVAY; SILVA; CASTRO; 2004 p.121).

No entanto, apesar de toda pressão exercida pelos pais, os jovens possuem autonomia no uso e controle de seu corpo. Mesmo em situações onde os pais adotam posturas mais rígidas, a tendência é que os filhos exerçam esta autonomia. A iniciação sexual por ser considerada um rito de passagem, possui significados diferentes para meninas e meninos. O menino é estimulado a afirmar sua virilidade, enquanto para menina, a família e a sociedade espera que retarde ao máximo sua iniciação sexual.

A primeira relação sexual do ponto de vista dos jovens é esperada sem muita expectativa, de acordo com Altmann (2007, p.353,354) “eles esperam que essa passagem ocorra o quanto antes”. A sexualidade em se tratando deles, age numa dinâmica de relações entre o meio em vivem e consigo mesmos. Ela vai acontecendo, e ao mesmo tempo demarca histórias individuais e formas de interpretar o mundo, que são sempre particulares de cada indivíduo.

Quando pais e educadores agem para prolongar e encorajar a imaturidade dos jovens e adolescentes, eles de certa forma não contribuem para transmitir uma educação sexual séria. Portanto, entender as necessidades dos jovens por informação especializada e contribuir para minimizar suas carências em relação a elas, seria o primeiro obstáculo a ser vencido. Conforme (AL, n. 284) “(...) uma coisa é compreender as fragilidades da idade ou as confusões, outra é encorajar os adolescentes a prolongarem a imaturidade da sua forma de amar”.

4.2.2 Informação sobre Planejamento Familiar e Parentalidade

Nos (PCNS) e no projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), a abordagem contempla a prevenção de doenças. O planejamento familiar dos documento visa a contracepção, isto é, passa informações sobre como utilizar contraceptivos e preservativos, de forma a evitar a gravidez.

O discurso encontrado nos documentos incentiva a mulher perceber a gravidez como uma doença que precisa ser evitada e tratada. Vale destacar que a gravidez é vista como um problema para a vida profissional, e um limite para a liberdade feminina.

Essa cultura antinatalista é comum nos países em desenvolvimento e são estimuladas pelos governos, com financiamentos de órgãos internacionais. Neles a pessoa não é percebida em sua totalidade, como alguém que tem sentimentos e um ser que transcende. A sexualidade passou a ser um produto de consumo, como objeto de prazer, a ser usada como uma necessidade básica (F.CALDATO; C. CALDATO, 2011, p.10).

Frequentemente a educação sexual concentra-se na proteção, e no sexo seguro. Essas expressões “transmitem uma atitude negativa a respeito da finalidade procriadora natural da sexualidade, como se um filho fosse um inimigo de que é preciso proteger-se” (AL, n.283). Desse modo, a sociedade está educando os jovens para a permissividade narcisista, em vez do acolhimento e da responsabilidade.

O sexo somente para o prazer sem afetividade gera conflitos. Daí a necessidade de se educar o jovem e o adolescente para a vivência de sua sexualidade, com ênfase no respeito a si mesmo e pelo outro. A educação começa na capacitação do jovem para discernir o que existe de valor em cada situação. Para que eles possam viver a liberdade de forma responsável.

Independente do modelo de família que o jovem e adolescente está inserido, é no seio dela que os jovens tem o início de sua educação sexual. O que chama a atenção nos projetos de educação sexual sugeridos pela escola, é a ausência de valorização da família na constituição da pessoa, e da sociedade, que não são trabalhados (F.CALDATO; C. CALDATO, 2011, p.6). Quando o tema é o que os jovens desejam para o futuro, a família quando aparece nunca vem em primeiro plano nas abordagens dos projetos de educação sexual.

O valor da família não é lembrado como a base da sociedade. No entanto, por mais que a cultura contemporânea tente negar, a segurança e o cerne da sociedade, ainda pertence à família. É nela que:

A adolescente com uma gravidez não programada, ou que adquire o vírus HIV, encontra o amparo necessário. Ignorar a importância da família é ignorar o que temos de mais seguro frente aos problemas decorrentes do uso inadequado da sexualidade. Outros aspectos importantes excluídos dos projetos de educação para a sexualidade são a dissociação do nexos liberdade

e responsabilidade e a exclusão da afetividade no exercício da sexualidade (F. CALDATO; C. CALDATO, 2011, p.10).

Portanto, esta abordagem dos projetos de educação sexual mostra-se incompleta, pois ignora a importância da família, e apresentam a sexualidade reduzida a vivência do sexo, podendo dessa forma ser instrumentalizada. É o que ocorre ao apresentar que a responsabilidade age somente para evitar as ISTS/HIV/AIDS e a gravidez. Como explica Cerqueira (2011, p.132) a sexualidade vista dessa forma, pode ser “desastrosa para os adolescentes, (...) que recebe a informação de que tudo não passa de uma necessidade biológica”. O amor nesse caso estaria ligado a um ato biológico pré-determinado a atração física e ao sexo.

Da mesma forma o documento (AL, n.283) define como:

Irresponsável qualquer convite aos adolescentes para que brinquem com seus corpos e desejos, como se tivessem a maturidade, os valores, o compromisso mútuo e os objetivos próprios do matrimônio. Assim, são levemente encorajados a utilizar a outra pessoa como objetos de experiências para compensar carências e grandes limites. É importante, pelo contrário, ensinar um percurso pelas diversas expressões do amor, o cuidado mútuo, a ternura respeitosa, a comunicação rica de sentido.

Seguindo a linha do documento acima, Sanches (et al, 2015, p.26) defende o projeto de parentalidade, pois nele a “responsabilidade e o amor estão presente”,

Desse modo, a gravidez estaria desde cedo no horizonte do adolescente e jovem, mas seria uma opção, não a consequência de uma relação sexual desprotegida. Se o jovem possui a capacidade de escolher a profissão, o carro, a viagem de formatura, ele provavelmente pode escolher o momento adequado para ter filhos. Neste sentido, incentivar o projeto de parentalidade “é pensar a acolhida, o afeto e o cuidado dos filhos” (SANCHES,et al, 2015, p.26).

Achar que o jovem, o adolescente e a criança não possam agir de forma responsável e com discernimento, que não tem aspirações para um futuro diferente daquele que estão vivenciando, “é ignorar que a capacidade formativa do indivíduo ocorre num espaço existencial entre o ser que sou e o ser que devo ser ou que aspiro ser” (CERQUEIRA, 2011, p. 158).

As aspirações dos jovens e adolescentes muitas vezes não são valorizadas, por ter uma falsa aparência de provisória, somente o mundo adulto é levado a sério. De certo modo, a escola e a família orienta o jovem para a vida adulta, e não é dado

o devido valor ao seu momento presente. Assim, a sociedade passa a mensagem ao jovem que ele deve curtir a vida, e que não precisa arcar com nenhum tipo de responsabilidade. Entretanto, como é considerado um ser moral, o ser humano possui a capacidade de se projetar, e conforme a definição de Sanches (2013, p.37) “ele não se submete às condições que o limitam no momento e está sempre querendo ser algo mais”, está sempre em busca de autonomia.

Esta autonomia e emancipação do jovem não ocorre de forma espontânea, ela necessita da intermediação do adulto, na figura dos pais e educadores. Mas o que se verifica é um certo mal-estar que aflige a educação e a sociedade, com o prolongamento da fase da adolescência. Como expõe Russo (1997, p.96) “se os modelos juvenis de sexualidade parecem hoje demasiado ‘adolescenciais’, é porque as sociedades de hoje vivem níveis existenciais demasiado narcisistas e adolescenciais”.

Romper com estes modelos, e educar para a emergência da consciência, esta é a proposta de educação que poderá:

Fortalecer a vontade infantil; ativar impulsos, conhecimentos e experiências sem esperar recompensas de imediato; gerar forças para a confrontação crítica da visão do mundo própria e alheia; ajudar a entender a necessidade de tolerar críticas, elaborar fracassos e superar culpas; despertar a disposição para assumir responsabilidades (CERQUEIRA,2011, p.160).

Educar para a possibilidade de se ter fracassos, e para a responsabilidade, romper com a cultura de só admitir os próprios direitos, em detrimento dos direitos do próximo. Reconhecer que o ser humano não é impulsionado pelo instinto, ele procura como ser transcendente pelo que é valioso. Valores que são apreendidos desde a mais tenra idade. “Nenhuma educação seria capaz de levar a criança ou o adolescente a aspirar valores, se eles não levassem consigo, como disposição inata, a capacidade de vivência valorativa” (CERQUEIRA, 2011, p.160).

A adolescência constitui o período de desenvolvimento, onde os jovens querem ser independentes para seguir o próprio caminho. Isto pode gerar conflitos, pois nessa fase eles passam agir criticamente em relação aos modelos de vida recebidos. Mas mesmo agindo dessa forma, os valores recebidos já estariam internalizados. E serão necessários no momento das escolhas que a vida irá impor aos jovens.

Escolher algo, e renunciar a outros, dar uma orientação a própria vida, sabendo que existe diferença entre o que sou e o que desejo ser, é saudável para o equilíbrio de qualquer pessoa. O ato de autogovernar-se é um processo longo e lento, mas ele possibilita ao jovem dar respostas criativas e pessoais nem sempre esperadas pelos pais, educadores e a sociedade (CERQUEIRA, 2011, p.163).

É necessário educar para a emancipação, valorizando o potencial humano dos jovens e adolescente, pois de acordo com Frankl (2003, p.24) “o homem chega a um ponto mais abaixo daquele que poderia atingir, se não for considerado a um nível acima que inclua suas mais altas aspirações”.

As informações passadas pelos planos de educação sexual ignoram também os temas relacionados ao amor e a alteridade, como se estes sentimentos não fizessem parte da realidade e das aspirações dos jovens. Fala-se muito em sentimentos e sensações ligadas ao bem-estar, ao prazer e ao autocuidado. Desvincular o amor do sexo não contribui para uma educação sexual humanizada e responsável. Frankl (2003, p.74) salienta que para o “ser humano, sexo é mais do que mero sexo e é mais que sexo na medida em que serve como expressão física de algo metassexual, ou seja, a expressão física do amor”. Somente quando assume essa dimensão ele se torna realmente um ato humano.

5 INFLUÊNCIA DA RELIGIÃO NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

Este capítulo aborda a temática da sexualidade a partir dos documentos do Magistério da Igreja Católica. A hipótese defendida neste capítulo é: A educação sexual existente nos documentos da Igreja Católica é fortemente relacionada com o planejamento familiar. A relevância do tema para a Teologia decorre dos conflitos entre a visão da Igreja Católica e a cultura dominante no ocidente à respeito dos temas relacionados a sexualidade, e a reprodução humana.

A teologia Moral Católica construiu sua reflexão com base na valorização da relação entre sexualidade e reprodução, no entanto, o avanço científico ocorrido nas últimas décadas propicia uma separação entre estes dois elementos. Os contraceptivos possibilitam o ato sexual deliberadamente fechado à reprodução, e as técnicas de reprodução assistida viabilizam a reprodução humana sem o ato sexual.

Neste contexto de avanço da ciência, e junto com a promoção da mentalidade hedonista da sociedade ocidental, a reflexão da Igreja Católica a respeito da sexualidade precisa ser mais estudada. Isso pode indicar os pontos que precisam ser defendidos e apresentados com mais intensidade, como também desenvolver uma crítica aos aspectos que precisam ser mais aprofundados.

Para um aprofundamento das questões da sexualidade é importante realizar esse debate no contexto da Bioética, visto que ela necessariamente busca a contribuição de outros setores da sociedade, se abrindo para o diálogo interdisciplinar, inter-religioso e intercultural. No estudo feito, no entanto, estamos num momento de aprofundar a visão da Igreja Católica sobre o assunto, por isso, buscou-se sistematizar essa visão a partir dos documentos da Igreja. Não podemos indicar os limites da visão da Igreja, ou apontar para os pontos que precisam de maior reflexão, sem seu estudo sistemático.

A sexualidade é componente fundamental da personalidade humana, impressa no seu corpo pelo amor de Deus. E “Deus contemplou sua obra e viu que tudo era bom” (Gn 1,31), isto é, o ser humano participa da bondade e dos planos de Deus. Por isso, que só conseguimos entender quem somos através da expressão do dom de si mesmo, ou seja, amando como Deus amou, “O homem só pode descobrir plenamente seu verdadeiro eu na doação sincera de si mesmo” (GS, n. 24). Aqui pode-se perceber

que o Magistério da Igreja Católica prioriza a grandeza do amor pelo outro, que se expressa e se realiza no próprio corpo.

A sexualidade é expressão de doação sincera, sendo um modo de ser, de se manifestar, de se comunicar com os outros, de sentir, de expressar e de viver o amor humano. Que por isso tem a capacidade explícita de amor doação, de um amor com dom de si, e tem assim sua encarnação no caráter esponsal do corpo, ou seja, no amor matrimonial, no qual inscreve a masculinidade e a feminilidade na pessoa. “O amor faz com que o ser humano se realize através do dom de si: amor significa dar e receber aquilo que não se pode comprar, nem vender, mas livre e reciprocamente oferecer” (CF, n.11).

A união do homem e da mulher é, portanto, de acordo com a Sagrada Escritura um bem, que foi criado como dom, que Deus quis e “o homem e a mulher os criou, a sua imagem e semelhança, e Deus viu ser muito bom” (Gn 1, 27-28), e por isso não está no direito do ser humano separar o que Deus uniu.

A sexualidade é um fator essencial para o êxito dessa união, como relata o documento Sexualidade Humana (SH, n. 11) para isso:

A sexualidade deve ser orientada, elevada e integrada pelo amor, que é o único a torná-la verdadeiramente humana. Quando tal amor se realiza no matrimônio contribui para alimentar a civilização do amor, do contrário falta o sentido e o significado da sexualidade como dom, e acontece uma civilização das coisas e não de pessoas.

Entretanto, o ser humano pode tornar-se um objeto, e os filhos obstáculos, se a vida humana não for considerada um Dom. O Documento Esplendor da Verdade, (VE, n. 17) indica que no Evangelho que Jesus anunciou está à proposta e as condições necessárias para o crescimento moral do homem. O chamado a perfeição de acordo com o documento, passa necessariamente pelo crescimento interior, só a maturidade no dom de si, permitirá a liberdade do ser humano. “Jesus indica os mandamentos como primeira condição para obter a vida (...) que assume o caráter de uma proposta, “se queres”, para consegui-lo, ocorre uma liberdade amadurecida” (VE, n. 17).

Tendo em vista que a liberdade humana está condicionada a vários fatores entre eles a sexualidade. E sabendo que o comportamento sexual humano é gerado a partir das forças vitais das pulsões biológicas, que assume decisiva importância, é

inadequado reduzir a sexualidade à genitalidade, sem levar em conta a instância biológica, psicológica e afetiva de cada pessoa.

A dimensão biológica introduz na compreensão da sexualidade três dimensões: procriativa, luxo e prazer.

O significado procriativo em uma antropologia correta da sexualidade tem a função de gerar novas vidas, mas vivida e integrada também com outros níveis: do amor, da afetividade, do carinho, do amor materno e paterno. É considerada luxo por proporcionar enriquecimento vital para a vida humana. E prazerosa não no sentido pejorativo do termo. Para Vidal (2002, p. 38):

É necessário libertar a noção de prazer de todos os elementos espúrios provenientes de uma mentalidade neoplatônica. Ao mesmo tempo, é preciso livrá-lo de uma conexão direta com o pecado original, um de cujos efeitos teria sido a depravação de todo o prazer humano e, mais concretamente, do prazer sexual (concupiscência).

A estrutura da sexualidade humana é mais que biologia, é um salto na evolução sexual. Portanto, não é a fisiologia que dirige a ética da sexualidade, embora seja preciso ter sempre em conta os fatores biológicos, mas eles não são decisivos na ética sexual. A necessidade genital por mais imperiosa que seja, não é uma necessidade da qual não se possa prescindir (VIDAL, 2002, p. 40).

Neste caso o comportamento sexual humano exige uma ascese, que não pode ser confundida com apatia, mas um autocontrole. Evitando assim o egoísmo, visto que se trata de uma relação interpessoal e de entrega mútua, no amor, na harmonia, numa atenção às características especiais do outro. É nesta relação mais ampla do ser humano com Deus que a dimensão biológica da sexualidade adquire seu significado, “Pois é a partir da grandeza e da beleza das criaturas que, por analogia, se conhece seu autor” (Sb, 13,5). Reconhece-se, assim, um primeiro nível da relação divina:

Constituído pelo maravilhoso “livro da natureza”, lendo-o com meios próprios da razão humana, pode-se chegar ao conhecimento do criador. Se o homem com sua inteligência não chegar a reconhecer Deus como criador de tudo, fica-se devendo isso não a falta de um meio adequado, como, sobretudo ao obstáculo interposto por sua vontade livre e pelo pecado (...) O que ele alcança pode ser verdade, mas só adquire pleno significado se o seu conteúdo for situado num horizonte mais amplo, o da fé (FR, n.19-20).

Desse modo a corrupção do ser humano está na inversão de valores onde se instala o pecado, e não no verdadeiro sentido da sexualidade enquanto dom de si. A Igreja Católica ensina que a sexualidade é um bem do ser humano, faz parte da sua totalidade como pessoa em busca da verdadeira felicidade baseada em valores cristãos.

5.1 RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Este capítulo foi realizado sobre duas hipóteses: A educação sexual existente nos documentos da Igreja é fortemente relacionada com o planejamento familiar; e a religião desempenha forte influência no planejamento familiar.

Para a primeira hipótese procurou-se descrever a abordagem sobre educação sexual nas Ciências Humanas e da Saúde, com ênfase na Teologia.

Na segunda buscou-se identificar a influência da religião no planejamento familiar. Para isso a pergunta: A religião influenciou na escolha do método contraceptivo? Foi cruzada com outras duas questões: Você planejou a gravidez do seu primeiro filho? A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto do casal? Decisão a dois? Em seguida as informações foram cruzadas com as perguntas: Você planejou a gravidez do seu último filho? A gravidez do seu último filho foi um projeto de casal? Decisão a dois?

As questões tinham múltiplas escolhas, neste caso o entrevistado deveria dar uma nota de zero a quatro, quanto mais alta, maior a influência da religião na sua decisão. Pode-se perceber pela Tabela 13, aquilo que o senso comum já havia identificado, que a religião, neste caso a Igreja Católica, exerce pouca influência sobre seus fiéis quando o assunto é planejamento da natalidade. Dos 863 entrevistados 56,7% deram nota zero à questão apresentada, enquanto 17,1%, atribuíram nota 4.

Os dados apontam que em relação aos métodos contraceptivos os católicos não seguem a orientação da Igreja. Na Tabela 13, 489 pessoas atribuíram nota zero para a influência da religião na escolha do método contraceptivo. Para Medeiros (2002, p.249) a dificuldade sentida pelos fiéis em seguir a orientação da Igreja Católica, está em sua postura diretiva assumida, ou seja, eles esperam da Igreja uma

posição pedagógica, pautada no diálogo, no debate e na orientação, sem fazer valer sua visão de comportamento ideal em relação a sexualidade.

Tabela 13- A religião influenciou na escolha do método contraceptivo

	Frequência	Porcentagem
Zero	489	56,7
1	58	6,7
2	94	10,9
3	44	5,1
4	148	17,1
NR	30	3,5
Total	863	100,0

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

Na Tabela 14 observa-se que dos 148 respondentes que atribuíram nota 4 para a influência da religião na escolha do método contraceptivo, 81 (54,7%) delas deram nota 4 no planejamento da gravidez do primeiro filho, enquanto dos 489 respondentes que deram nota zero para a influência da religião no mesmo tema, 212 (36,6%) atribuíram nota zero, isto é, ausência de qualquer planejamento da gravidez do primeiro filho.

Os cálculos estatísticos indicam que há correlação entre a escolha do método contraceptivo, com o planejamento da gravidez do primeiro filho ($P= 0,179$; $p= 0,00$). Do mesmo modo, confirmando a hipótese apresentada, a religião influenciou no nível de planejamento do primeiro filho ($\chi^2= 14,38$; $p=0,00$).

Tabela 14 - Tabulação cruzada: A religião influenciou na escolha do método contraceptivo *								
Planejou a gravidez do seu primeiro filho								
A religião influenciou na escolha do método contraceptivo		Planejou a gravidez do seu primeiro filho						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
Zero	Contagem	212	32	29	33	179	4	489
	%	43,4%	6,5%	5,9%	6,7%	36,6%	0,8%	100,0%
1	Contagem	25	6	1	1	25	0	58
	%	43,1%	10,3%	1,7%	1,7%	43,1%	0,0%	100,0%
2	Contagem	23	4	14	11	41	1	94
	%	24,5%	4,3%	14,9%	11,7%	43,6%	1,1%	100,0%
3	Contagem	9	1	6	3	25	0	44
	%	20,5%	2,3%	13,6%	6,8%	56,8%	0,0%	100,0%
4	Contagem	43	8	2	14	81	0	148
	%	29,1%	5,4%	1,4%	9,5%	54,7%	0,0%	100,0%
NR	Contagem	10	1	0	1	14	4	30
	%	33,3%	3,3%	0,0%	3,3%	46,7%	13,3%	100,0%
Total	Contagem	322	52	52	63	365	9	863
	%	37,3%	6,0%	6,0%	7,3%	42,3%	1,0%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016.

Na Tabela 15 o número de respondentes passou para 614, por se tratar do último filho. Observa-se que dentre os participantes que atribuíram nota 4, para a influência da religião na escolha do contraceptivo, 55,3% deu nota 4 para o planejamento do último filho, contra 48,2% dentre os que atribuíram nota zero para a influência da religião. Os dados sugerem, portanto, que a influência da religião na escolha do método contraceptivo interferiu de modo positivo no grau de planejamento do último filho, mas a correlação não é significativa para a gravidez do último filho ($P=0,81$; $p=0,05$).

Tabela 15: Tabulação cruzada: A religião influenciou na escolha do método contraceptivo * Planejou a gravidez do seu último filho

A religião influenciou na escolha do método contraceptivo		Planejou a gravidez do seu último filho						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
Zero	Contagem	124	12	27	18	172	4	357
	%	34,7%	3,4%	7,6%	5,0%	48,2%	1,1%	100,0%
1	Contagem	9	3	0	4	21	0	37
	%	24,3%	8,1%	0,0%	10,8%	56,8%	0,0%	100,0%
2	Contagem	20	2	4	7	41	3	77
	%	26,0%	2,6%	5,2%	9,1%	53,2%	3,9%	100,0%
3	Contagem	9	4	3	3	15	1	35
	%	25,7%	11,4%	8,6%	8,6%	42,9%	2,9%	100,0%
4	Contagem	31	3	1	4	52	3	94
	%	33,0%	3,2%	1,1%	4,3%	55,3%	3,2%	100,0%
NR	Contagem	4	0	0	2	5	3	14
	%	28,6%	0,0%	0,0%	14,3%	35,7%	21,4%	100,0%
Total	Contagem	197	24	35	38	306	14	614
	%	32,1%	3,9%	5,7%	6,2%	49,8%	2,3%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade 2016

Os dados acima sobre planejamento podem ser confirmados pela pesquisa “Desafios do Catolicismo na Cidade” (CERIS, 2002, p.201), os pesquisadores afirmam que em relação ao planejamento da família 77,5% dos católicos são favoráveis. O uso de métodos contraceptivos é aceito por 73,2% dos católicos. As pesquisas revelam que entre os católicos entrevistados, há o consenso de opiniões favoráveis ao uso do contraceptivo, e ao planejamento familiar.

A Tabela 16 representa a opinião de 863 entrevistados e os dados que cruzam a influência da religião na escolha do método contraceptivo com a indagação se a gravidez do primeiro filho foi um projeto do casal. De um modo geral os dados apresentam um nível alto da vinda do primeiro filho como projeto do casal, com percentagens variando de 48,5% a 68,9%. Entre os respondentes que deram nota 4, para a influência da religião na escolha do método contraceptivo a percentagem daqueles que dizem que o primeiro filho foi um projeto do casal é de 68,9%. Neste caso a religião quando consegue influenciar na escolha do método contraceptivo, também impacta na decisão da gravidez ser um projeto do casal, e não uma decisão unilateral.

Os cálculos estatísticos indicam correlação positiva entre a influência da religião na escolha do método contraceptivo e a gravidez do primeiro filho ser projeto do casal ($P= 0,171$; $p= 0,00$).

**Tabela 16-Tabulação cruzada: A religião influenciou na escolha do método contraceptivo
* A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal**

A religião influenciou na escolha do método contraceptivo		A gravidez do seu primeiro filho foi um projeto de casal						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
Zero	Contagem	189	15	22	15	242	5	489
	%	38,7%	3,1%	4,5%	3,1%	49,6%	1,0%	100,0%
1	Contagem	15	7	5	3	28	0	58
	%	25,9%	12,1%	8,6%	5,2%	48,3%	0,0%	100,0%
2	Contagem	18	5	9	6	55	1	94
	%	19,1%	5,3%	9,6%	6,4%	58,5%	1,1%	100,0%
3	Contagem	7	0	4	3	29	1	44
	%	15,9%	0,0%	9,1%	6,8%	65,9%	2,3%	100,0%
4	Contagem	33	4	7	2	102	0	148
	%	22,3%	2,7%	4,7%	1,4%	68,9%	0,0%	100,0%
NR	Contagem	6	1	0	0	17	6	30
	%	20,0%	3,3%	0,0%	0,0%	56,7%	20,0%	100,0%
Total	Contagem	268	32	47	29	473	13	863
	%	31,1%	3,7%	5,5%	3,4%	54,9%	1,5%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade, 2016

Na Tabela 17 os dados correspondem a opinião de 614 entrevistados, sobre as questões: a religião influenciou na escolha do método contraceptivo; cruzando os dados com: a gravidez do seu último filho foi um projeto do casal. Os dados apresentados refletem praticamente os mesmos percentuais da (tabela 16). Os respondentes que atribuíram nota (4) tiveram pouca oscilação. Os dados sugerem que a ideia de ter o último filho já era um projeto internalizado pelo casal. Isso pode ser constatado pela diminuição de notas zero, e também pelo cálculo estatístico que aponta a correlação ($P= 0,081$; $p= 0,04$).

Tabela 17: Tabulação cruzada: A religião influenciou na escolha do método contraceptivo * A gravidez do seu último filho foi um projeto de casal

A religião influenciou na escolha do método contraceptivo		A gravidez do seu último filho foi um projeto de casal						Total
		Zero	1	2	3	4	NR	
Zero	Contagem	96	10	33	16	199	3	357
	%	26,9%	2,8%	9,2%	4,5%	55,7%	0,8%	100,0%
1	Contagem	7	3	0	3	23	1	37
	%	18,9%	8,1%	0,0%	8,1%	62,2%	2,7%	100,0%
2	Contagem	17	1	5	5	49	0	77
	%	22,1%	1,3%	6,5%	6,5%	63,6%	0,0%	100,0%
3	Contagem	9	2	4	3	17	0	35
	%	25,7%	5,7%	11,4%	8,6%	48,6%	0,0%	100,0%
4	Contagem	26	2	5	3	57	1	94
	%	27,7%	2,1%	5,3%	3,2%	60,6%	1,1%	100,0%
NR	Contagem	5	0	0	0	4	5	14
	%	35,7%	0,0%	0,0%	0,0%	28,6%	35,7%	100,0%
Total	Contagem	160	18	47	30	349	10	614
	%	26,1%	2,9%	7,7%	4,9%	56,8%	1,6%	100,0%

Fonte: Grupo de Parentalidade 2016

5.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA TEMÁTICA: INFLUÊNCIA DA IGREJA NO PLANEJAMENTO FAMILIAR

O Cristianismo e a Igreja Católica ao defender que a relação sexual deve ser realizada dentro do âmbito do matrimônio, reproduziu aquilo que já era comum na sociedade, a defesa da monogamia como princípio para matrimônio. Com a regulação do comportamento sexual, seja por meio da educação ou da interdição, tanto a Igreja como a sociedade exercem um controle sobre a vida sexual dos seus membros, e como consequência influencia no número de filhos. Na verdade, a regulação do comportamento sexual não é uma realidade exclusiva da sociedade ocidental, ela pode ser vista em várias culturas. E contribui para sua unidade e coesão interna (VIDAL, 2002, p.230).

O ser humano em relação aos outros animais é o que mais demora para se tornar independente dos pais. Esta dependência é necessária para o ser prematuro, que diferente dos outros animais não sobreviveria sozinho. Nesse sentido Vidal (2002, p. 236) destaca que o “casamento deve sua estabilidade social às tarefas em benefício

da segurança e do sustento que os pais realizam com relação aos filhos e aos cônjuges entre si”.

O casamento não surgiu fundamentado no amor ou na sexualidade, sua razão principal foi a econômica, o cuidado com a prole e a regulação da sexualidade. Esses fatores são apontados pela antropologia cultural como motivos para a formação da instituição matrimonial. As forças sexuais excedentes puderam assim ser orientadas para outros fins, e contribuíram para o desenvolvimento das sociedades. O matrimônio serviu também para dessexualizar todas as outras estruturas sexuais da sociedade (VIDAL,2002, p. 238).

O tempo e o desenvolvimento cultural com suas restrições ao sexo extraconjugal, configurou como expõe Vidal (2002, p.238s) em:

Um tipo de casamento e de família no qual prevaleceu o erótico-sexual. E isso a tal ponto que na cultura e mentalidade ocidental o casamento parece justificar-se quase exclusivamente pelo afetivo-sexual. É o chamado casamento por amor.

O matrimônio assim, foi liberado de suas funções econômicas, sociais e políticas. Para a sociedade ocidental contemporânea, somente o amor serve de justificativa para que duas pessoas se casem. Isto não significa que na mesma sociedade onde a monogamia matrimonial prevalece, não exista relações sexuais extraconjugais, ou pré-matrimoniais, essa é uma realidade que se multiplica cada vez mais.

5.2.1 Planejamento Familiar na Igreja Católica no Século XX

A partir do século XX a sexualidade passa a ter uma nova abordagem. Com a crescente mudança da população para as cidades, e a industrialização precisando de mão de obra, inclusive feminina, a família numerosa passa a ser questionada. Os filhos deixaram de ser mão de obra para a agricultura, e passaram a representar um peso econômico para os pais, daí a necessidade de haver um controle sobre o índice de natalidade.

Como o controle da natalidade ainda era um tema banido dentro da Igreja Católica, o método Ogino-Knaus passou a ser um alento para as famílias católicas. E

pela primeira vez grupos de cristãos defendem a separação entre o fim procriativo e o fim unitivo do matrimônio.

Nesse contexto a Igreja Anglicana foi pioneira ao aprovar em 1930 na Conferência de Lambeth a resolução que tratava da finalidade do sexo no matrimônio cristão. Essa foi também a primeira vez que a questão do fim unitivo e procriativo do matrimônio foi tratada em público. O texto da resolução tratava ainda da limitação da gravidez:

Quando se sente uma clara obrigação moral de limitar ou evitar a paternidade, o método deve ser decidido segundo os princípios cristãos. O método primeiro e óbvio é a completa abstinência de relações (na medida em que possa ser necessário) levando uma vida de disciplina e autocontrole com a força do Espírito Santo. No entanto, naqueles casos em que se sentir nitidamente essa obrigação moral de limitar ou evitar a paternidade e quando houver um motivo moralmente justo de evitar a abstinência completa, concorda a Conferência que se pode usar outros métodos, contanto que isso se faça à luz dos mesmos princípios cristãos. Registra a Conferência sua vigorosa condenação do uso de quaisquer métodos de controle da natalidade por motivos de egoísmo, luxúria ou mera conveniência (FORD; KELLY, 1963, p.16s, apud KOSNIK et al., 1982, p.64)

Contudo, a Igreja Católica na pessoa do Papa Pio XI reagiu contra a posição da Igreja Anglicana com a encíclica *Casti Connubii*. Apesar de defender que o ato sexual destina-se a procriação, neste documento a Igreja Católica evoluiu ao definir a educação da prole como uma das funções do matrimônio:

Esta mútua formação interior dos esposos, esse esforço assíduo de se aperfeiçoarem um ao outro, pode ser num sentido bem real (...) considerado a razão e finalidade principal do matrimônio, contanto que se julgue o matrimônio não no sentido restrito como instituição destinada à legítima procriação e educação da prole, mas um sentido mais amplo como comunidade, mútuo intercâmbio e partilha de toda uma vida (CC, n. 20).

O avanço do crescimento populacional e suas consequências para a sociedade, trouxe a discussão sobre sexualidade para dentro da Igreja Católica. O termo paternidade responsável abriu espaço para que a Igreja aceitasse o método do ritmo natural, *Ogino-Knaus*.

E assim o controle da natalidade entrou na “ética moderna através do chamamento para a responsabilidade” (RUSSO, 1997, p. 145). Esta responsabilidade passou a ter o significado de acolhida, a pessoa se entrega a procriação, e se compromete com outro ser.

No entanto, na Alocução às Partejas, Pio XII (1951, n. 24) causou apreensão aqueles que esperavam uma maior abertura da Igreja Católica em relação ao controle da natalidade. Eles se surpreenderam com o que julgaram ser um retrocesso, o discurso condenava até mesmo o método natural. Ao fazer uso de uma linguagem contundente, o Papa em seu pronunciamento levou alguns teólogos a concluírem que se tratava agora de uma definição de fé, portanto, irrevogável. O texto diz:

Nosso Predecessor Pio XI, na sua Encíclica *Casti Connubii*, de 31 de Dezembro 1930, proclamou de novo solenemente a lei fundamental do ato e das relações conjugais; a saber, que é imoral todo atentado dos esposos no cumprimento do ato conjugal ou no desenvolvimento das suas consequências naturais, atentado que tenha por fim privar esse ato da energia que lhe é inerente e impedir a procriação de uma nova existência; e que nenhuma “indicação” ou necessidade pode transformar uma ação intrinsecamente imoral num ato moral e lícito (ALAP, 1951, n.24).

Por um momento a Igreja Católica passa a flertar com a paternidade irresponsável, contudo, a *Casti Connubii* como explica Charbonneau (1969, p.2) “veiculava em quantidade grande demais de novos valores, riquezas doutrinárias, para que a reflexão teológica não lhe viesse rever o conceito de paternidade”, e o próprio Pio XII reconheceu depois a legitimidade do método *Ogino-Knaus*. O controle da natalidade agora era um fato na vida da família cristã.

Com o desenvolvimento da pílula anticoncepcional nos Estados Unidos, lançada em 3 de maio de 1960, pelo americano Gregory Goodwin Pincus, com a colaboração de Margaret Sanger, e a feminista Katherine Mc Cormick, de quem recebeu ajuda financeira. A pílula anticoncepcional representou uma revolução para a sexualidade. Com ela as pessoas não se preocupariam mais com a gravidez, e o sexo assim poderia ser feito apenas pelo prazer. Mas os efeitos colaterais no organismo das mulheres foram aparecendo, como o ganho de peso, náuseas, enxaquecas entre outros. A primeira versão da pílula a Enovid-10 continha os hormônios estrógenos e progesterona sintética em dose muito alta, e por isto causava muitos efeitos colaterais.

A indústria farmacêutica continuou evoluindo, e desenvolveu uma enorme variedade de anticoncepcionais e contraceptivos. Todos possuem grande eficácia se usados de acordo com as prescrições médicas, mas não deixaram de ter efeitos colaterais na saúde das mulheres. Porém, os católicos a parte dos avanços científicos, continuavam as voltas com o problema do controle da natalidade.

Em 11 de outubro de 1962, o então Papa João XXIII abria o Concílio Vaticano II. Ainda em seu pontificado, instituiu-se a Comissão Papal para o Estudo da População, da Família e da Natalidade, e assim pode-se verificar que a Igreja ainda estava aberta a discussão sobre o controle da natalidade.

Enquanto aguardava a conclusão do relatório da comissão, em 1965 no pontificado de Paulo VI, houve a promulgação da Constituição Sobre a Igreja no Mundo de Hoje; *Gaudium et spes*. Nesta constituição com respeito ao controle da natalidade o Concílio não determinou nenhuma posição concreta como sendo do magistério. Se até a confirmar que o amor conjugal destina-se à geração e educação dos filhos, e que os esposos são colaboradores com o amor do Criador e Salvador (GS, n. 50). E, por isto, aos “filhos da Igreja não é lícito adotar soluções afastadas pelo Magistério da Igreja, como contrárias à lei divina” (GS, n.51).

O relatório da maioria da comissão criada pelo Papa, segundo Kosnik (et al., 1982, p.67), recomendou a posição que marcou um considerável afastamento em relação às afirmações de Pio XII. Entre outras coisas o relatório afirmava que:

A moralidade dos atos sexuais entre as pessoas casadas adquire seu sentido sobretudo e especificamente do ordenamento de suas ações numa fecunda vida matrimonial, isso é, numa vida vivida com vistas a uma paternidade responsável, generosa e prudente. Não depende portanto da fecundidade direta de cada ato particular. Além disso a moralidade de cada ato matrimonial depende das exigências de amor mútuo em todos os seus aspectos. Numa palavra, a moralidade das ações sexuais deve, pois, ser julgada pelas exigências verdadeiras da natureza da sexualidade humana, cujo sentido é mantido e promovido especialmente pela castidade conjugal, como dissemos acima.

(...) No passado não podia a Igreja falar doutro modo senão do modo como fez, porque o problema do controle da natalidade não se apresentava à consciência humana da mesma maneira. Hoje, tendo reconhecido claramente a legitimidade e mesmo o dever de regular os nascimentos, ela reconhece também que a intervenção humana no processo do ato matrimonial por razões tiradas da finalidade do próprio matrimônio não deveria ser sempre excluída, contanto que sejam sempre salvaguardados os critérios da moralidade (KOSNIK, et al, 1982, p.67 apud FORD e KELLY, 1963, p.256s).

Porém, contrariando as expectativas de grande parte da Igreja Católica, que esperavam um sim aos métodos artificiais de controle da natalidade, Paulo VI rejeita as conclusões da comissão. E em 1968 promulga a encíclica *Humanae vitae*.

A encíclica de acordo com Kosnik (et al., 1982, p. 68) “reafirma a posição de Pio XI e Pio XII (...) e representa a posição oficial do supremo Magistério da Igreja”.

Respeitar a natureza e a finalidade do ato matrimonial, isto é, “a relação sexual deve permanecer aberta à transmissão da vida” (HV, n. 11). Segundo a encíclica a união e procriação são inseparáveis. “(...) O que Deus quis o homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o significado procriador” (HV, n. 12).

Na década de 1960, com o lançamento no mercado das pílulas anticoncepcionais, a promulgação da encíclica *Humanae vitae*, e a rejeição do relatório da comissão pelo Papa Paulo VI, contribuíram para ampliar as divergências entre o “ensino oficial da Igreja e a concreta praxe dos fiéis” (KOSNIK, et al., 1982, p.69).

A revolta dentro da Igreja Católica contra o teor da encíclica correu o mundo por meio da imprensa. Ninguém entendia o fato do Papa Paulo VI ter se colocado ao lado de uma minoria, que defendia o método natural, como único meio lícito de prevenir a gravidez. Charbonneau (1969, p.15s) relata que:

Desde os mais celebres teólogos até os mais simples fiéis, praticamente ninguém poderia contar com tal retrocesso. Era assombroso, após o Concílio Vaticano II, ter que ouvir novamente uma linguagem com a qual não se estava mais familiarizado desde 1951.

E após a publicação da encíclica *Humanae vitae*, ocorreu uma espécie de liberalismo, levantar dúvidas sobre o planejamento familiar era estar em descompasso com a história. As pessoas teriam autonomia para decidir o número de filhos, e qual método utilizar para evitar a gravidez. A Igreja Católica não teria mais nada a dizer sobre questões que já haviam sido resolvidas pela ciência (MOSER, 2014, p.60).

É importante salientar que, independente das reações contra a encíclica *Humanae vitae*, o Vaticano II contribuiu para que a visão da sexualidade sofresse grande transformação dentro da Igreja Católica. Introduziu-se uma nova compreensão da dimensão pessoal da sexualidade humana, e de sua importância para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Os teólogos da moral passaram a elaborar uma visão mais evangélica da sexualidade do matrimônio e do pecado. Começa assim, o diálogo com o mundo sob a inspiração do Vaticano II. O amor profundo, a abertura à vida, são exigências evangélicas que passaram a pautar as reflexões sobre planejamento familiar. A questão moral se volta para as atitudes, e não mais para os métodos. A

responsabilidade visa superar o egoísmo. Deixou-se de relacionar fecundidade com reprodução, a atitude de acolhida é vista como dom divino (MOSER, 2014, p. 62).

A Constituição Pastoral *Gaudium et spes* (n. 14) ressalta a capacidade do ser humano, em ser superior às coisas corporais, e de poder agir de forma livre sem ser uma peça da natureza ou um elemento anônimo da sociedade humana. E por isto, por sua capacidade de transcender, ele encontra Deus.

5.2.2 Parentalidade Responsável

Com o desenvolvimento das ciências, das novas tecnologias, e a integração entre as culturas, seria de se esperar um melhor desenvolvimento sexual por parte da humanidade. Depois da quebra de tantos tabus relacionados a sexualidade, a maturidade da mentalidade sexual das pessoas não atingiu o patamar necessário para que, o aborto provocado fosse extinto; que a gravidez indesejada se tornasse coisa do passado; e os crimes sexuais não ocorressem mais.

Com amplo acesso aos preservativos, e anticoncepcionais, esperava-se que os problemas relacionados a maternidade e a paternidade também já fossem coisa do passado. A sociedade ocidental atingiu um grau de liberdade suficiente para decidir qual o contraceptivo usar. Os fiéis católicos com vários filhos, não podem mais culpar a Igreja Católica. Pois a tempos ela deixou de defender a família numerosa, e passou a pregar em seus documentos e declarações a paternidade responsável.

A doutrina da Igreja sempre, mesmo que as vezes cometendo alguns equívocos, “empreendeu esforços no sentido de elevar o nível humano do relacionamento sexual” (BACH, 1980, p.10).

Dentro da Igreja Católica, e nos meios acadêmicos, já se fala em projeto de parentalidade, um passo à frente do planejamento familiar. O planejamento da parentalidade de acordo com Sanches (2013, p.40) “precisa ser situado no contexto do projeto de vida total das pessoas envolvidas e da vida do casal”. Indo além, poderia se afirmar que o projeto de parentalidade, precisaria fazer parte da realidade de todas as pessoas, que decidisse se relacionar sexualmente.

O planejamento familiar nos documentos da Igreja Católica não se refere diretamente aos métodos de contracepção. Por isto, os documentos quando tratam do assunto, sexualidade e paternidade, defendem que cada pessoa exerça a

capacidade de se dominar. Mesmo tendo que admitir que muitas das posições da Igreja em relação a sexualidade se apoiam numa visão teológica e científica questionável, no entanto, sua preocupação em defender a dignidade humana continua sendo válida para todos os tempos (BACH,1980, p.10).

O ser humano por meio da geração, de acordo com a (EV, n. 43) “de certa forma participa nos domínios de Deus. Esta participação se manifesta na específica responsabilidade que lhe está confiada no referente à vida propriamente humana”.

Percebe-se nos documentos citados, que as palavras responsabilidade e amor, estão sempre vinculadas a paternidade e maternidade. Neste contexto, o projeto de parentalidade defendido pela literatura científica contemporânea, não está muito distante da visão de planejamento familiar da Igreja Católica.

Na sua definição de projeto de parentalidade (HAERING,1971, p.44) “diz que o motivo de ter filhos passa a ser o amor recíproco dos esposos que os faz desejar os filhos para fazê-los partícipes de seu pacto, de sua comunidade de amor”.

A *Gaudium et Spes* (n. 47) alega que o “bem estar da pessoa e da sociedade humana e cristã está intimamente ligado com uma favorável situação da comunidade conjugal e familiar”. E defende que “por sua própria natureza, a instituição matrimonial e o amor conjugal estão ordenados para a procriação e educação da prole, que constituem a sua coroa” (GS, n. 48).

A parentalidade responsável é aquela onde a pessoa decide quando será o momento adequado para se ter filho. Levando em conta sua condição financeira, social, e sua capacidade psicológica de assumir a responsabilidade pela educação e orientação de um outro ser humano. O dever de educar, é considerada como missão específica dos pais pelo Magistério da Igreja (GS, n. 50).

A Constituição pastoral vai além ao defender a conciliação do amor conjugal com a paternidade responsável:

(...) Quando se trata, portanto, de conciliar o amor conjugal com a transmissão responsável da vida, a moralidade do comportamento não depende apenas da sinceridade da intenção e da apreciação dos motivos; deve também determinar-se por critérios objetivos, tomados da natureza da pessoa e dos seus atos; critérios que respeitem, num contexto de autêntico amor, o sentido da mútua doação e de procriação humana. Tudo isto só é possível se se cultivar sinceramente a virtude da castidade conjugal (GS, 51).

Os documentos falam de amor e relação conjugal, eles não tratam da relação sexual e do amor. A Igreja não confunde o ato biológico, com manifestação de amor. E isto é claro na linguagem dos documentos, se antes defendia a primazia da procriação sobre o amor, passou a defender que “o amor e a comunhão de vida não são mais subordinados à finalidade procriativa” (BACH, 1980, p.15).

Por séculos o amor ficou subordinado a fecundidade, essa concepção foi banida da Igreja Católica. Como esclarece Bach (1980, p.20):

O amor deve presidir a todos os gestos e eventos da vida conjugal. Caso contrário este gesto carece de sentido religioso, descambando assim para o plano do submundo e do pré-moral na mais benigna das hipóteses. Isto vale também para o gesto procriador. A inauguração de uma nova existência é um acontecimento que, se não for presidido pelo amor recíproco dos esposos, perde a sua dignidade de gesto humano.

Entretanto, a sexualidade está sendo duramente banalizada por uma cultura empobrecida de valores, de culto ao corpo e ao prazer. O documento do Conselho Pontifício para a Família: Sexualidade Humana (SH, n. 46) afirma “A sexualidade, com efeito, é uma riqueza de toda a pessoa – corpo, sentimento e alma – manifesta seu significado íntimo ao levar a pessoa ao dom de si no amor”.

Para Bach (1980, p.20) “a fecundidade é um direito condicionado à capacidade de amar”. O direito de ter filhos é tido por uma grande parcela das pessoas como natural. E este direito tem estreita ligação com a realização sexual. Mas segundo ele, “se isso fosse verdade a sociedade não condenaria a mãe solteira” (BACH,1980, p.20).

A paternidade responsável, ou o projeto de parentalidade proposto, vai além do ato sexual fecundo. “Quem não quer ter um filho ou não tem condições de lhe garantir um futuro razoavelmente seguro, deve abster-se de todo e qualquer ato sexual potencialmente fecundo” (BACH,1980, p.1). O ser humano não nasce com o senso de responsabilidade pronto. Portanto, há a necessidade de estimulá-lo durante a infância e adolescência.

A Igreja é sensível e tem consciência dos problemas apresentados pela sociedade, nas questões que dizem respeito à felicidade de homens, mulheres e dos filhos. Decorridos por vários gêneros de mudanças, como o desenvolvimento demográfico, que criaram receio na população de um crescimento descontrolado, onde os recursos disponíveis das famílias são escassos e de difícil acesso, gerando

angustias pelas inseguranças nas questões de trabalho, habitação, e em outras exigências econômicas que impactam na educação dos filhos (HV, n. 2).

Outra variante é o lugar da mulher na sociedade, que ocasionou mudanças no valor do amor conjugal e nas relações homem e mulher:

Podemos compreender ainda mais plenamente em que consiste o caráter pessoal do ser humano- Homem e Mulher- são semelhante a Deus(...) O homem não pode existir "só" - pode existir somente como "unidade dos dois" - Serem pessoas à imagem e semelhança de Deus comporta, pois também um existir em relação, em referência ao outro "eu" (MD, n. 7).

Portanto, o documento *Humanae Vitae* (n.3) propõe uma revisão das normas éticas vigentes até agora, observando que elas exigem sacrifício para serem consideradas. As condições de vida da sociedade, e o significado das relações conjugais para a harmonia da família visando sempre o princípio da totalidade, sugere uma fecundidade mais racionalizada e sensata, legitimando assim o controle da natalidade (HV, n.3).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação sexual no Brasil só começou a ser discutida de forma efetiva a partir da década de 1990, do século XX, quando foi inserida como temas transversais nos currículos escolares, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Contudo, configura-se como uma temática polêmica na sociedade atual, pois, apresenta, um discurso voltado para normatização de comportamentos. O foco da educação sexual, ainda é associado com doenças e higiene, justificado assim, por eventuais problemas de saúde pública como ISTS/HIV/AIDS, e também mantém, estreita conformidade com aspectos moralistas.

A relação entre a idade do início da vida sexual com o nível de planejamento familiar, impactam de forma significativa no planejamento familiar. Os dados confirmam que quanto mais cedo o indivíduo inicia um relacionamento sexual, menor é o grau de planejamento da gravidez. Mas quando a pergunta é sobre a gravidez do último filho, os dados indicam que a idade não influencia de forma significativa no planejamento.

Quanto ao impacto da educação formal no planejamento familiar, ela é positiva. Apesar dos dados apresentados serem inconclusivos, pois eles apontam que a educação formal, por não ser homogênea na sociedade, precisaria ser mais pesquisada, para se aferir seu impacto no planejamento familiar. Da mesma forma, novas pesquisas são necessárias para verificar se as pessoas que tiveram filhos entre 15 e 18 anos retomaram os estudos.

A análise dos dados sugerem que o modo como a pessoa adquire informação sexual não está relacionado diretamente com o planejamento familiar. Mas a informação sobre sexualidade tem relação significativa com o planejamento da gravidez. No caso dos religiosos, poucos são os católicos que recorrerem a eles para este tipo de informação.

Os católicos em sua maioria são favoráveis ao uso de contraceptivos, os dados refletem que a opinião da religião frente aos métodos contraceptivos artificiais, não interferem na vida sexual dos entrevistados. Porém, os dados sugerem que a influência da religião na escolha do método contraceptivo, tem impacto positivo, para tornar a gravidez um projeto do casal.

As informações coletadas no item abordagem sobre educação sexual nas Ciências Humanas, Saúde, com ênfase na Teologia, sugerem que a sociedade contemporânea, considera que os jovens estão se relacionando sexualmente cada vez mais cedo. Este comportamento apresentado pelos jovens e adolescentes, causam estranhamento na sociedade, gerando conflitos entre pais, filhos e educadores. A falta de conhecimento do próprio corpo, e a imaturidade emocional, faz com que as adolescentes engravidem nos primeiros seis meses do relacionamento sexual. Elas se preocupam mais em esconder a prática sexual do que se prevenir de uma possível gravidez.

Percebe-se que existe inúmeros desafios para que a educação sexual seja de fato uma realidade nas escolas, entre eles, a falta de preparo dos professores, a dificuldade de falar sobre o tema de forma atraente e honesta, e a concorrência das mídias sociais. A sexualidade dos jovens é muitas vezes ignorada, e tratada como se não existisse.

O discurso mais ouvido pelos jovens e adolescentes em relação a sexualidade, é sobre o cuidado com a saúde. As informações focam a prevenção contra HIV/AIDS, e as infecções sexualmente transmissíveis. A escola apesar de todas as dificuldades dos educadores em transmitir informações sobre sexo, constitui-se em ambiente propício para o exercício da sexualidade. Porém, muitos educadores e pais acham que falar sobre sexo em sala de aula, serviria como estímulo para os jovens se relacionarem sexualmente. No entanto, pesquisas apontam que falar sobre sexo com os alunos, não retardou e nem estimulou sua iniciação sexual, ao contrário, gerou mudanças significativas no comportamento sexual dos alunos.

A necessidade da educação sexual ser ministrada nas escolas, ainda carece de ser amplamente debatida pela sociedade. Quando o tema é tratado nas escolas, ele não atende a real necessidade dos alunos por informação. Por não internalizar as informações recebidas, os jovens acabam não se protegendo de forma adequada para evitar as infecções sexualmente transmissíveis.

A falta de interesse dos alunos pelas discussões sobre sexualidade nas escola, contribui para o aumento da gravidez entre as adolescentes e jovens. Causando também a evasão escolar, por parte das meninas que se encontram grávidas. As escolas não possuem meios para manter as grávidas nas salas de aula.

As normas para o exercício da vida sexual passaram por mudanças, a sociedade contemporânea desenvolveu métodos de controle da fecundidade, e com isto proporcionou maior liberdade para as mulheres. O fator biológico deixou de ser uma imposição. Apesar de todas as mudanças, a sociedade brasileira ainda convive com o rigor moralista, diante do tema sexualidade e educação sexual.

A Igreja Católica, por meio do seu Magistério, defende o direito dos pais de serem os principais educadores de seus filhos, mas não dispensa a colaboração de educadores. Por não exercer influência sobre os fiéis sobre o uso e escolha do método contraceptivo, e por se tratar de questão de consciência ela atua mais como orientadora. No entanto, o Magistério Católico defende o planejamento familiar, mesmo sendo contra o uso dos métodos contraceptivos artificiais. Para a Igreja a castidade, o autodomínio, e a responsabilidade, devem ser incentivadas, entre os jovens.

A Igreja não abre mão de defender a instituição familiar como ambiente adequado para o relacionamento sexual. Ela ressalta o valor da união sexual ser realizada somente por amor e doação mútua. No seio familiar a parentalidade responsável pode ser exercida, evitando assim a gravidez indesejada.

Vale ressaltar, que o planejamento familiar oferecido pelos governos dos países em desenvolvimento como o Brasil, foca os aspectos antinatalista, e higienista, e tratam a gravidez como uma inimiga que deve ser combatida. O alvo das campanhas ainda são as mulheres, mostrando seu viés machista, como se a gravidez fosse somente problema da mulher, ignorando desta forma, a participação masculina.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Maria Garcia; DA SILVA, Lorena Bernadete. **Juventude e Sexualidade**. UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília- DF- Brasil, 2004.

ALTMANN, Helena. **Educação sexual e primeira relação sexual**: entre perspectivas e prescrições. Revista Estudos Feministas. Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____. **Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Revista Estudos Feministas. Universidade Estadual de Campinas, Ano 9, p.580. 2001.

BACH, J. Marcos. **Sentido Espiritual da Sexualidade**. 2ª ed. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 1980.

BERNARDI, Marcello. **A deseducação sexual**. Trad. Antônio Negrini. Ed. Summus, São Paulo, SP, 1985.

BÍBLIA. Português. Ave Maria: **Edição de estudos**. Tradutor das notas: José Joaquim Sobral. Ed. Ave-Maria, ed. Claretiana, São Paulo, SP, 2011.

BOARINI, Maria Lúcia. **O “Ensino” da Sexualidade e a (Des) Informação do Adolescente Contemporâneo**. Sexualidade e educação: aproximações necessárias. Org. Paulo Rennes Marçal. Ed. Arte & Ciência, São Paulo, SP, 2004.

BRASIL- Ministério da Educação: **Temas transversais- Orientação sexual**. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orienta%ccedil%o%20sexual](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orienta%ccedil%o%20sexual.pdf): Acesso em 20/02/2014.

_____. Ministério da Educação: PCNs- **Orientação sexual**. [PDF]Volume 10.5 - Temas Transversais - Orientação Sexual –Disponível em:< portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>. Acesso em: 07/10/2015.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. 2ª ed. DP&A, Rio de Janeiro, 2000b.

BRITZMAN, Deborah: **Curiosidade, Sexualidade e Currículo**. Org: Guacira Lopes Louro. O Corpo Educado: Pedagogia da sexualidade. 2ª ed. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, MG, 2001.

CALDATO, Milena, C.F.; CALDATO, Cassio. **Apresentação**. Org. CERQUEIRA, Elizabeth, K. Sexualidade, gênero e desafios bioético. Centro de Bioética da Amazônia, CBAM. Ed. Difusão; São Caetano do Sul, SP, 2011.

CARRIER, Hervé. **Revolução cultural e educação**. Trad. Ireneu Martim. Ed. Champagnat. Curitiba, PR, 1994.

CERQUEIRA, Elizabeth, K. **Sexualidade, gênero e desafios bioéticos**. Centro de Bioética da Amazônia, CBAM. Ed. Difusão; São Caetano do Sul, SP, 2011.

CERIS, **Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais**. Desafios do catolicismo na cidade: pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras/ CERIS. Ed. Paulus, São Paulo, SP, 2002.

CHARBONNEAU, Paul-Eugène. **Humanae Vitae**: E liberdade de consciência. Ed. Herder, São Paulo, SP, 1969.

CLOUTIER, Richard; DRAPEAU, Sylvie. **Psicologia da Adolescência**. Tradução de Stephania Matousek. Ed. Vozes, Petropolis, RJ, 2012.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes***. Trad. Francisco Catão. 2ª ed. Ed. Paulinas, São Paulo, SP, 2007.

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A FAMÍLIA. **Sexualidade Humana**: orientações educativas em família. Ed. Paulinas, São Paulo, SP, 2009.

CONTI, F. **Estatística- Qui Quadrado**. Laboratório de Informática- ICB- UFPA. Disponível em: HTML: <http://www.cultura.ufpa.br/dicas/biome/bioqui.htm> PDF: <http://www.cultura.ufpa.br/dicas/pdf/bioqui.pdf> Última alteração: 11 out 2009. Acesso em: 02/08/2016.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Com o acordo ortográfico [em linha]**. Porto: Porto editora, 2013-2016. [consult. 2016 – 07- 15. Disponível em <http://www.infopedia.pt/dicionários/língua-portuguesa/parentalidade>. Acesso em 15/07/2016.

FÉRES-Carneiro, T.; MAGALHÃES, A.S. **A parentalidade nas múltiplas configurações familiares contemporâneas**. In: Moreira, L.C de C.; Rabinovich, E.P. (org). Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história. Ed. Juruá, Curitiba, 2011.

FIGUEIREDO, Regina. **Sexualidade, Prática Sexual na Adolescência, Prevenção de DST/AIDS e Gravidez não Planejada**: Incluindo contracepção de Emergência. Secretaria de Estado do São Paulo. Instituto de Saúde. São Paulo, 2008.

FORD, John; KELLY, Gerald. **Contemporary Moral Theology**. Westminster, Md. New-man Press, 1963. Apud KOSNIK, A.; et al. A sexualidade humana: novos rumos do pensamento católico Americano. Ed.Vozes, Petrópolis, São Paulo, 1982.

FRANKL, Viktor E. **Um sentido para a vida**: psicoterapia e humanismo. Trad. Victor Hugo Lapenta. Ed. Santuário. Aparecida, SP, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Trad. Lilian Lopes Martin, 36ª ed. rev. Ed. Paz e Terra, São Paulo, SP, 2014.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Sexualidade, prazer em conhecer**: livro do professor. Rio de Janeiro: MCE, 2001. Convênio: Fundação Roberto Marinho e Schering do Brasil.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual**: possibilidades didáticas. Org. Guacira Lopes Louro; Jane Felipe; Silvana Vilodre Goellner. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2013.

GARCÍA, M.del C.M. **Decisiones de pareja em el comienzo de la vida**: límites y posibilidades del principio de autonomia. 2008.67 f. Disertación (Master em Bioética) – Universidade Pontificia Comillas, Madri, 2008.

HAERING, B. **Paternidad responsables**. Bogotá: Paulinas, 1971.

HUGO, Tairana Dias de Oliveira; et al. **Fatores associados à idade da primeira relação sexual em jovens**: estudos de base populacional. Cad. Saúde Pública vol. 27, nº 11, 2011. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2011001100014...sci>. Acesso em; 10/10/2015.

KOSNIK, Antony; et al. **A sexualidade humana**: Novos rumos do pensamento católico Americano. Ed. Vozes, Petrópolis, São Paulo, 1982.

LEVANDOWSKI, D.C.; PICCININI, C.A. **Paternidade na adolescência**: aspectos teóricos e empíricos. Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum. São Paulo, 14(1), 49-62, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª ed. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2014.

LUZ, Ana Maria, H; BERNI, Neiva Iolanda, O. **Processo da Paternidade na adolescência**. REBEn: Revista Brasileira de Enfermagem. Jan- Fev; 63 (I)-p.43-50. Brasília, DF, 2010.

LYRA DA FONSECA, Jorge Luiz. **Paternidade adolescente**: uma proposta de intervenção. Dissertação de Mestrado: Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP, 1997.

MAIA, Ana Claudia B. **Orientação Sexual na Escola**. Sexualidade e Educação: aproximações necessárias. Org. Paulo Rennes Marçal Ribeiro. Ed. Arte & Ciência. São Paulo, SP, 2004.

MASIÁ CLAVEL, Juan. **Encontros de Bioética**: Lidar com a vida, cuidar das pessoas. Ed. Loyola, São Paulo, SP, 2007.

MEDEIROS, Katia Maria Cabral. **Orientações ético-religiosas**. Desafios do catolicismo na cidade: pesquisa em regiões metropolitanas brasileiras. Org. Luiz Alberto Gómez de Souza e Silvia Regina Alves Fernandes. CERIS- Ed. Paulus. São Paulo, 2002.

MELO, Sonia M. M.de. **O Invólucro Perfeito**: Paradigmas de Corporeidade e Formação de educadores. Sexualidade e Educação: aproximações necessárias. Org. Paulo Rennes Marçal Ribeiro. Ed. Arte & Ciência. São Paulo, SP, 2004.

MORENO, Ana.C; GONÇALVES, Gabriela. **No Brasil, 75% das adolescentes que têm filhos estão fora da escola**. G1- Globo. Disponível em: <g1.globo.com/educacao/.../no-brasil-75-das-adolescentes-que-tem-filhos-...>. Acesso em: 23/10/2015.

MOSER, Antônio. **Planejamento familiar na Igreja Católica: do ruído estrondoso a um silêncio perturbador**. Bioética e planejamento familiar: perspectivas e escolhas. Org. Mário Antonio Sanches. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ. 2014.

NUNES, C.A. **Desvendando a Sexualidade**. Ed. Papirus, Campinas, SP, 1987.

ONU- BRASIL. **Até 3,2 milhões de abortos inseguros de adolescentes**. Relatório do Fundo de População da Nações Unidas (UNFPA)... As implicações da gravidez na adolescência e o que pode ser feito.30/10/2013.
Disponível em:<https://nacoesunidas.org>. Acesso em: 11/07/2016.

PAULINO, Geanne P. A.; PATIAS, Naiana D.; DIAS, Ana Cristina G. **Paternidade adolescente**: um estudo sobre auto percepções do fenômeno. Artigo. Psicologia em Pesquisa (UFJF) 7- (2) p.230-241. Julho-Dezembro, 2013. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

PAPA PIO XI. **Encíclica Casti Connubii**. Dignidade da união conjugal. Disponível em:< portuguese.godsplanforlife.org/encyclicals/casticonnubiipo.html>. Acesso em: 20/02/2015.

PAPA PIO XII. **Documentos da Igreja sobre o Matrimônio**. Sobre o Apostolado das Parteiras (1951). Disponível em: www.mulhercatolica.com/2013/09/sobre-o-apostolado-das-parteiras.html. Acesso em: 20/02/2015.

PAPA PAULO VI. **Carta Encíclica Humanae Vitae**: sobre a regulação da natalidade. 12ª ed. Ed. Paulinas. São Paulo, SP, 2010.

PAPA JOÃO PAULO II. **Mulieres Dignitatem** - Carta Apostólica a Dignidade e a vocação da mulher. São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. **Fides et ratio**. Ed. Paulinas, São Paulo, SP, 1999.

_____. **Evangelium Vitae**. Carta Encíclica sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana. Ed. Paulinas, São Paulo, SP, 2007.

_____. **Carta às Famílias**. Ed. Loyola, São Paulo, SP, 1994.

_____. **Veritatis Splendor**. Carta Encíclica o esplendor da verdade, sobre algumas questões fundamentais do ensinamento moral da Igreja. Ed. Loyola, São Paulo, SP, 1993.

PAPA FRANCISCO. **Amoris laetitia**: Exortação Apostólica Pós- Sinodal sobre o amor na família. Disponível em: https://w2.vatican.va/.../papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.htm... Acesso em: 19/05/2016.

PINTO, Heloysa Dantas de Souza. **A individualidade impedida**: adolescência e sexualidade no espaço escolar. Coordenação: Julio Groppa Aquino: Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. Ed. Summus. São Paulo, 1997.

QUIRINO, Glauberto da Silva. **Prática docente em sexualidade e educação no espaço escolar**. 1ª ed. Ed. Appris, Curitiba, PR, 2014.

ROY, Porter; MIKULÁS, Teich. **Conhecimento sexual, ciência sexual**. A história das atitudes em relação à sexualidade. Trad. Luiz Paulo Rouanet; ver. Gilson César Cardoso de Souza. Ed. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, SP, 1998.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Os momentos históricos da Educação Sexual no Brasil**. Sexualidade e educação: aproximações necessárias. Ed. Arte & Ciência, São Paulo, 2004.

RIBEIRO, Lucia. **Sexualidade e reprodução**: o que os padres dizem e o que deixam de dizer. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2001.

RUSSO, Giovanni. **Educar para a bioética**: pela escola, pela catequese, pela pastoral da juventude. Tradução de Atílio Brunetta. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 1997.

SANCHES, Mário Antônio. **Reprodução assistida e bioética**: metaparentalidade. Ed. Ave-Maria. São Paulo, SP, 2013.

_____. et al. **Planejamento da Parentalidade no contexto da bioética**: busca de uma nova abordagem para pesquisa. Ed. Universitária Champagnat, PUCPR. Curitiba, PR, 2015.

SANCHES; SIMÃO SILVA. **Planejamento Familiar: do que estamos falando?** Revista Bioética, 2016. Disponível em: revistabioetica.cfm.org.br > Capa > Edições anteriores > v. 24, n. 1 (2016) www.globethics.net/gel/8898415/planejamento-familiar-family-planning- Acesso em: 11/06/2016.

SAYÃO, Yara. **Orientação sexual na escola**: os territórios possíveis e necessários. Coordenação: Julio Groppa Aquino: Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas. Ed. Summus. São Paulo, 1997.

SILVA, R.A; SOARES, R. **Juventude, escola e mídia**. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Org. Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana Vilodre Goellner. 9ª ed. Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2013.

SILVA, Moacir José da; SILVEIRA, Itamar Flávio da. **O método da História Econômica**. Org. José da Silva. História Econômica I: teorias, método e conteúdo. Ed. Eduem, Maringá, PR, 2010.

UNICEF; BRASIL. **Situação da adolescência brasileira**. O direito de ser adolescente: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf> Acesso em: 23/10/2015.

_____. BRASIL. **Tema 1 del programa: Crecimiento demográfico y rápida urbanización**: aumento la inseguridad alimentaria em contextos urbanos Disponível em: www.unicef.org/.../B-8713S-JMB_Jan_09_-_population_growth.... Acesso em:23/10/2015.

UNESCO-BRASIL. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília, DF. 2013. Disponível em: <unesdoc.unesco.org/images/0022/002277/227762por.pdf> Acesso em: 23/10/2015.

VIDAL, Marciano. **Ética da Sexualidade**. Trad. Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola, São Paulo, SP, 2002.

WEEKS, J. **El malestar de la sexualidade**: significados, mitos y sexualidades modernas. Madri: Talasa, 1993.